

Greve contra a traição nacional

Os primeiros a parar foram os petroleiros de Paulínia. Em São Bernardo metalúrgicos puxam piquetes-gigantes e outras categorias aderem à greve. Marcada para o dia 15 paralisação geral dos 850 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo. Outros setores prometem aderir. O alvo do movimento são os acordos vende-pátria do governo com o FMI.

Página 8



Piquete-monstro dos operários da Volks toma a via Anchieta; ele parou São Bernardo. Ao lado, petroleiros de Campina em assembleia após a intervenção no Sindicato.



EDITORIAL

O papel da greve

“A greve é uma questão de segurança nacional”, gritou logo o ministro Murilo Macedo para justificar a intervenção no Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. De fato, entre as reivindicações dos grevistas está o rompimento com o FMI, a manutenção da nossa soberania e revogação do decreto-lei 2.036 (que corta direitos dos trabalhadores nas empresas estatais). São assuntos fundamentais para a segurança do país. Mas quem agide a soberania não são os operários em greve e sim o governo ao capitular diante das exigências do capital estrangeiro.

As mais extensas correntes de opinião pública já se pronunciaram contra a submissão do governo aos interesses do capital financeiro internacional e contra o massacre sobre o povo para garantir os lucros dos grandes magnatas. Mas o regime se mostra inteiramente insensível a qualquer destes reclamos. Obstinado na trilha da traição nacional, agrava num nível sem precedentes o desemprego, o arrocho salarial e a entrega desavergonhada da indústria nacional ao controle das multinacionais. E nesta escalada volta-se agora para a desarticulação das empresas estatais, por orientação direta do FMI.

Diante deste quadro, se os trabalhadores não se levantarem com energia, estariam sendo cúmplices do crime de lesa-pátria. Embora o sr. ministro não goste de ouvir isto, a greve é providamente um poderoso instrumento de luta. E precisamente por causa da extrema gravidade da situação é que os trabalhadores em todo o país discutem a necessidade de uma greve geral para defender seus interesses, pela soberania nacional e pela liberdade. Da mesma forma discutem a urgência de se articularem com todos os democratas e patriotas para uma vigorosa campanha democrática por eleições diretas para a presidência da República, pela suspensão do

pagamento da dívida externa, pelo rompimento com o FMI.

É justa e oportuna a iniciativa dos operários petroleiros. E a prova cabal disto é a adesão imediata de diversas empresas de diferentes categorias. E o apoio generalizado de todos os oprimidos. Por mais que se desesperem as classes dominantes, a verdade é que o que amadurece entre as massas trabalhadoras é o sentimento da revolução. Uma iniciativa mais ousada tende rapidamente a se alastrar. E na organização e mobilização destas massas é que reside a única esperança de uma saída coerente para a crise. A liberdade e a independência não serão concedidas pelo regime militar repressor e entreguista.

Com as greves de 1979/80, com a realização da I Conclat, com as recentes manifestações contra o desemprego na Zona Sul de São Paulo e agora com este movimento grevista, a classe operária vem ocupando o lugar de vanguarda que lhe cabe como classe revolucionária.

O sucesso deste movimento em curso depende sobretudo da decisão de luta dos operários e de sua habilidade política para não se isolar. Tanto o governo como inclusive setores vacilantes da oposição tentam convencer o proletariado a trocar o combate pela conciliação — para imobilizá-lo. Enquanto por outro lado os provocadores da polícia, e setores aventureiros que se dizem de oposição, tentam empurrá-lo para ações irresponsáveis — para isolá-lo.

Neste momento, em que o próprio senador Teotônio Vilela chama o povo a sair às ruas para impedir que o Brasil volte à situação de colônia, a greve iniciada em Paulínia e no ABC, contra a traição nacional, está fadada a representar um papel de inestimável valor para o avanço e para a unidade da frente única democrática em nosso país.

Volkswagen mata mais um operário em São Bernardo

Na terça-feira um eletricitista morreu com o crânio esmagado. No mesmo dia um outro acidente grave. Pág. 8

Mutuários do BNH não pagam aumento de 130%

Não pague! Não entregue! Não saia!, dizem os mutuários. P. 4

Vitórias nas ocupações de casas no Belém

Os ocupantes anunciam: “Só saímos mortos”. P. 4

Associações de Moradores fazem congresso em SP

Delegações no Estado iniciam trabalhos. P. 4



Teotônio deu entrevista coletiva em São Paulo.

Teotônio Vilela quer campanha nas ruas

Para o presidente em exercício do PMDB, o povo exige campanha pelas diretas. Pág. 3

Inflação bate novo recorde no mês de junho

A desastrosa política do governo, ordenada pelo FMI, leva à inflação de 12,8%. Pág. 3



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício de Nassi

General e FMI promovem ataque à família brasileira
O governo militar quer impedir as pobres de terem filhos. Veja na pág. 5

A quem serve a luta contra Arafat na OLP?

Há cerca de dois meses a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) vem sofrendo uma violenta e catastrófica luta interna. A disputa chegou ao auge com a inaceitável expulsão do dirigente máximo da entidade, Yasser Arafat, da Síria. Tudo indica que, por trás da cisão, estão os interesses das duas superpotências, EUA e URSS.

A OLP congrega todas as oito forças que lutam pela emancipação do povo palestino. Destas, a mais forte é justamente a Al Fatah, cujo dirigente, Yasser Arafat, é presidente também da OLP. A maioria das demais organizações está de algum modo ligada a diferentes países árabes da região, como o Saika e a Frente de Luta Popular Palestina (vinculadas à Síria), ou a Frente de Libertação Árabe (vinculada ao Iraque). Dentro da confederação da OLP, estas organizações sempre disputaram posições entre si. Mas a liderança firme de Arafat conseguiu manter a unidade das forças palestinas na luta contra o terrorismo sionista.

CONTRA ARAFAT

O que torna a atual luta interna tão grave é o fato dela se processar justamente no interior da Al Fatah contra Arafat. O principal líder da revolução é o coronel Abu Musa, membro do Conselho Revolucionário da organização, que comandava dois batalhões de guerrilheiros no vale do Bekaa, no Líbano. O estopim foi a recusa de cinco importantes comandantes da Al Fatah em aceitar dois novos comandantes nomeados por Arafat. Mas na verdade a "insubordinação" foi inflada pela Líbia e principalmente pela Síria, para atacar a direção da OLP.



Arafat quer garantir a unidade da OLP

As divergências de Damasco com Arafat vêm de longa data. Em 1976 os soldados sírios invadiram o Líbano para salvar os falangistas cristãos de uma iminente vitória da OLP e dos patriotas libaneses na guerra civil, temendo que esta vitória provocasse a ira de Israel. Estas diferenças acentuaram-se com a invasão israelense do Líbano em 1982, em função da falta de apoio efetivo das forças sírias aos combatentes da OLP. Depois, quando Arafat iniciou contatos com o rei Hussein da Jordânia para estudar a criação de um Estado palestino confederado a esse país, foi duramente atacado pelo presidente sírio, Hafez Assad.

De fato, a atuação da Síria no episódio tem sido lamentável, chegando ao cúmulo de declarar o dirigente máximo dos palestinos "persona non grata", numa atitude sem precedentes no mundo árabe. No vale do Bekaa, as forças sírias voltaram as suas armas — antes dirigidas contra as posições israelenses — contra os guerrilheiros leais a

Arafat. Jornalistas na região afirmam ter visto soldados sírios combatendo junto com os "rebeldes" contra os "arabatistas". Arafat chegou até mesmo a formular uma acusação mais grave: Damasco teria feito um acordo com os EUA para retirar do Líbano tanto os seus soldados como os combatentes palestinos, em troca da devolução, por parte de Israel, das colinas de Golã. Para alcançar este objetivo, Assad precisaria dividir e destruir a OLP. Por isto o seu apoio aos rebeldes.

OFENSIVA SOVIÉTICA

Mas ao que parece, a posição síria reflete uma ofensiva mais geral da própria União Soviética. Formalmente, o secretário-geral do PCUS, Yuri Andropov, afirmou sua solidariedade a Arafat. No entanto, é mais do que evidente que se Moscou estivesse de fato interessada em debelar a crise da OLP, simplesmente pressionaria a Síria ameaçando cortar ou reduzir o gigantesco fluxo de armas sofisticadas para esse país. Isto os revisionistas soviéticos não fizeram. É que eles têm outros interesses na história — afastar ou desacreditar a liderança nacionalista independente de Arafat na OLP para impor posições mais pró-soviéticas.

Já o secretário de Estado ianque, George Schultz, afirmou "ver com satisfação" o domínio da OLP pela Síria. O gringo imperialista sabe que isso significa na prática a destruição da frente única palestina. Os sociais-imperialistas soviéticos também o sabem. Arafat, por seu lado, conseguiu aprovar a expulsão de Abu Musa pelo Comitê Central da Al Fatah. Se Arafat conseguir afirmar sua liderança sobre os grupos restantes, a unidade da luta palestina poderá estar salva.

(Luis Fernandes)

Troca de ameaças na visita do chanceler alemão à URSS

Na última segunda-feira, 4 de julho, o chanceler da Alemanha Ocidental iniciou uma visita de quatro dias à União Soviética. Pauta de discussão: a possibilidade da eclosão de uma guerra geral entre os blocos imperialistas dominados pelos EUA e pela URSS. Resultado concreto para a preservação da paz: nenhum.

Se até o fim do ano soviéticos e norte-americanos não chegarem a um acordo sobre a redução dos mísseis nucleares na Europa, a OTAN vai instalar 572 mísseis Cruise e Pershing II em alguns países da Europa Ocidental e principalmente na Alemanha. O problema desta instalação é que ela capacita os norte-americanos a atingirem alvos estratégicos no coração da União Soviética, permitindo-lhes arriscar o lançamento de um ataque nuclear fulminante que aniquile a capacidade de defesa da URSS. Os soviéticos, por sua vez, ameaçam responder apontando ainda mais mísseis contra a Europa, transformando-a numa autêntica "refém". Ao mesmo tempo, ameaçam instalar mísseis próximos à fronteira dos Estados Unidos. Tudo isto colocará o mundo definitivamente a um passo da carnificina nuclear!

É neste quadro que se insere a visita de Kohl à URSS. A eleição do chanceler na Alemanha represen-



Andropov (à direita) e Kohl não chegaram a nenhum acordo em Moscou

tou um fortalecimento do setor mais belicista vinculado às posições de Reagan em Washington. Kohl foi, assim, como emissário do presidente norte-americano a Moscou. Num gesto de "boa-vontade", o governo alemão liberou dias antes um empréstimo de 400 milhões de dólares à Alemanha Oriental, aliada dos soviéticos. Mas Moscou não arredou pé das suas posições militares na Europa.

Kohl foi logo recebido com duas

advertências pelo primeiro-ministro soviético Nicolai Tikhonov — "pela primeira vez no pós-guerra uma ameaça militar estará partindo de novo do solo alemão contra o povo soviético, e não é necessário dizer o que isso significa para nós". Kohl respondeu às ameaças de Moscou repetindo a linha de Washington — se os soviéticos não cederem, a Alemanha vai instalar os mísseis. E foi este impasse que caracterizou toda a visita.

Instabilidade política e tensão na Argentina

Cerca de 1.500 policiais argentinos ocuparam no dia 5 de julho um quartel em Tucumán, Argentina, reivindicando aumento salarial e a destituição do governador local, ge-

neral da reserva Antônio Merlo. Um dia antes o governador e os policiais revoltados quase trocaram tiros, diante da sede do governo. Outras manifestações policiais ocorreram

em Córdoba, Buenos Aires, San Juan, Mendoza, Chubut, Jujuy e Entre Rios.

Essas revoltas ocorrem num momento de grave crise política, em que são constantes os boatos de golpe militar no país, ao mesmo tempo em que se acentua as divisões internas dentro das forças armadas. No dia 4 os líderes do Partido Justicialista e do Partido Intransigente advertiram os militares de que "haverá resistência civil, no caso de um golpe de Estado no país."

A Argentina está com eleições presidenciais convocadas para 30 de outubro. E à medida em que essa data se aproxima aumentam, não só os rumores de golpe, mas também o número de militares que pedem visto de entrada nos Estados Unidos. Eles temem ser levados aos tribunais pelos crimes de corrupção e assassinato de adversários políticos, praticados ao longo da permanência do poder militar fascista no país.

Foi em meio a esse clima que os generais-de-divisão do exército argentino se reuniram na semana passada, em Buenos Aires.

Atividades da campanha crescem nos Estados

Após o adiantamento do término da Campanha Karl Marx da Tribuna Operária para o dia 21 de julho, vários núcleos de apoio ao jornal resolveram tomar a sério a tarefa de não só cumprir, mas inclusive ultrapassar as metas financeiras e de venda do jornal. Em São Paulo, por exemplo, as vendas da T.O. em fábrica passaram de 800 para 1.600 em uma semana! Além disso, 540 assinaturas do jornal foram vendidas no Estado. Os metroviários resolveram fazer uma rifa de apoio ao jornal, e com isso arrecadaram Cr\$ 125 mil para o nosso semanário. Em Suzano, 50% da cota do jornal são destinados à classe operária.

Na capital do Amazonas foram vendidas 30 assinaturas, e Cr\$ 479 mil arrecadadas para a T.O. Minas recolheu Cr. 450 mil para o jornal da classe operária. O Rio Grande do Sul arrecadou Cr\$ 177 mil, sob diversas formas, entre elas a exibição do filme "O Couraço do Potemkin", de Sergei Eisenstein. E o Estado já conta com 200 novas assinaturas (erroneamente, numa edição anterior, informamos que eram 250 assinaturas). Em Porto Alegre, tribuneiros de três equipes (Raimundo Lana, Anita Garibaldi e da sucursal) decidiram aumentar a cota financeira em 25% e conseguir mais 27 assinaturas até 21 de julho.

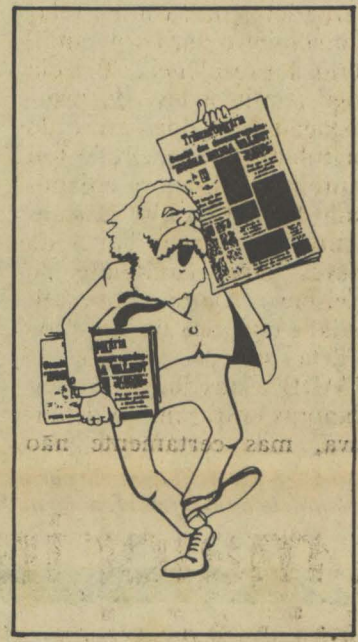
INAUGURAÇÃO EM CABO

Em Pernambuco, a inauguração da sucursal da T.O. no Cabo, dia 25, transformou-se num ato político com a presença de cerca de 800 pessoas. Foi apresentada a peça "Zé da Silva", que retrata a vida do operário, pelo Grupo de Teatro do Curso de Filosofia da Unicap; e ainda houve a apresentação da Quadrilha Vatapá e de um animadíssimo forró, considerado um dos melhores neste São João do Cabo. A festa foi até as



A Tribuna Operária, lida pelos ocupantes do Centreville.

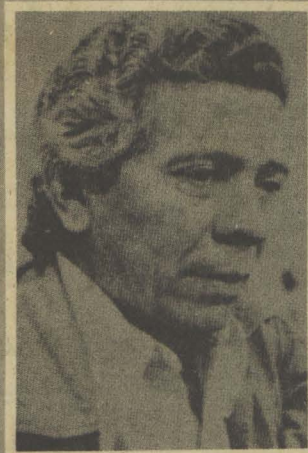
Sh30m da manhã, e contou com a presença do presidente do PMDB local, Murilo Lages; do secretário de Obras da Prefeitura, Lúcio Monteiro; e do deputado estadual Luciano Siqueira, do PMDB. E os tribuneiros caboenses anunciam que já alcançaram a sua meta de assinaturas e prometem cumprir a meta de vendas do jornal.



Também em Vitória, Espírito Santo, a Campanha Karl Marx está mobilizando os tribuneiros. Foi dobrado o número de assinaturas na capital e arrecadado finanças, através de barracas em duas festas juninas das mais tradicionais do pedaço. Os companheiros informam que não aumentaram a cota de jornais porque ainda não pagaram a dívida com o jornal. "Mas reestruturamos a distribuição no Estado", informam, "fazendo com que a T.O. chegue nas bancas dos mais importantes municípios capixabas". Eles prometem "chegar ao final da Campanha pagando a dívida".

Com disposição de cumprir as cotas, trabalho regular e criatividade na realização das tarefas de venda e divulgação da Tribuna Operária, chegaremos ao dia 21 com uma série de vitórias e solidificando ainda mais o nosso jornal junto ao povo, em particular à classe operária. Cabe aos Estados que ainda não se lançaram com afinco maior na Campanha pôr mãos à obra.

Apoiamos e defendemos a Tribuna Operária



Audálio Dantas

"No momento em que a gente luta pela participação efetiva de cada brasileiro, é lamentável que jornais como a Tribuna Operária sofram perseguições. A democracia que a gente defende é a que dá liberdade para todas as correntes de opinião. Dai a nossa solidariedade aos companheiros que a duras penas têm erguido sua voz". Roberto Horiguti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.



Roberto Horiguti

Solidariedade internacional para a Tribuna

Até da Europa estão chegando apoios à Campanha Karl Marx da Tribuna Operária. Na cidade de Saarbrücken, Alemanha, um amigo do jornal, Michael Weith, arrecadou entre os colegas de trabalho 389,2 dólares (cerca de Cr\$ 210 mil) e enviou para o nosso jornal.

Anteriormente já haviamos recebido da Alemanha três assinaturas e 650 marcos arrecadados em Düsseldorf. O companheiro Antônio Back organizou também, em Düsseldorf, um abaixo-assinado protestando contra a tentativa de enquadrar os jornalistas da Tribuna Operária na Lei de Segurança Nacional, e ainda um outro abaixo-assinado, em apoio ao nosso jornal e ao "Vanguardia Obrera", jornal operário espanhol.

Assim o internacionalismo proletário se faz presente também na nossa Campanha Karl Marx, dando conta de que está vivo entre os trabalhadores o chamado combativo do fundador do socialismo científico: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!"

Os crimes de um almirante

Crime, suspense, adultério, negociações. São os ingredientes de um romance policial. Acrescente-se a impunidade, e será o caso real que envolve o ex-membro da Junta Militar argentina, almirante Emilio Massera, o industrial e fazendeiro Fernando Branca, e a esposa deste (e amante daquele), Marta Rodríguez McCormack.

Fernando realizou várias negociações na Argentina. Chegou a enviar a esposa ao almirante Massera, com instruções de apelar "a todos os meios disponíveis" (declaração de Marta à Justiça), para facilitar algumas transações financeiras. Acontece que Marta e Massera acabaram se envolven-

do num "caso íntimo", e resolveram liquidar o ambicioso Branca. Após um passeio de iate com o almirante, em 28 de abril de 1977, Fernando nunca mais foi visto.

Depois de seu "desaparecimento", as propriedades de Branca foram vendidas. Quatro testemunhas dessas "vendas" morreram — antes que pudessem depor sobre o caso na justiça. Agora Massera está preso, junto com Marta. Mas a imprensa já levanta a possibilidade de que logo seja colocado em liberdade e continue impune: não existe o corpo de delito, uma vez que o cadáver de Branca nunca apareceu...

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio anexo cheque nominado à Editora Anita Garibaldi Ltda., R. Adoniran Barbosa, 53, (antiga Trav. Brig. Luis Antonio) — Bela Vista — São Paulo, SP — CEP 01318.

Anual de apoio (52 edições) — Cr\$ 7.000,00
Semestral de apoio (26 edições) — Cr\$ 3.500,00
Anual comum (52 edições) — Cr\$ 3.500,00
Semestral comum (26 edições) — Cr\$ 1.750,00
Assinaturas do exterior: US\$ 70,00

Nome:
Endereço:
Cidade:
Estado: CEP: Telefone:
Data: Profissão:

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

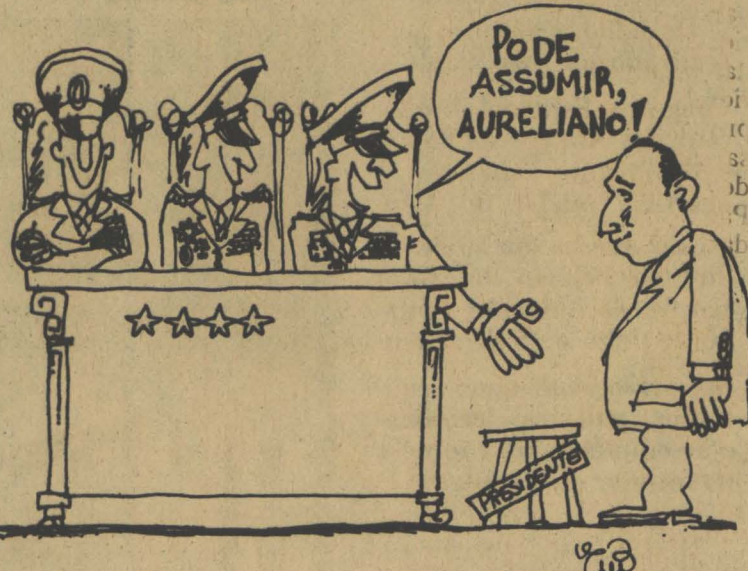
Os tropeços do regime na saída de Figueiredo

O afastamento de Figueiredo da presidência da República, embora não mude a essência do regime em vigor, traz certas alterações no quadro político nacional. Os generais mantêm as rédeas do poder mas têm que se adaptar a um presidente que embora submisso não foi formado na caserna e pode ser abalado por pressões da chamada "sociedade civil".

Sabe-se que houve relutância, inclusive do general Figueiredo, em passar o posto para Aureliano, e comenta-se que houve grande movimentação para impedir uma aventura visando colocar o ministro Valter Pires na chefia do governo. No fim houve um acerto entre os generais. Mais uma vez discutiram e decidiram entre quatro paredes o destino do governo, de acordo com suas conveniências, sem satisfação ao povo.

Muito provavelmente o governo dos Estados Unidos abençoou os conchavos da cúpula militar nesta troca de presidentes. Já na quinta-feira, depois do pedido de licença de Figueiredo, o sub-secretário de Estado Anthony Motley entrevistou-se longamente com Aureliano. E saiu entusiasmado, dizendo que tinha ouvido uma avaliação "muito lúcida" do vice-presidente sobre a situação brasileira e dos principais problemas do país. Pode ser o início de uma manobra para que o imperialismo negocie com as classes dominantes brasileiras um governo com mais credibilidade interna.

A crise revelou a incompetência do governo Figuei-



redo e o levou a um brutal isolamento político. O próprio FMI, ao exigir uma renegociação global da dívida externa, encontra dificuldades em se apoiar neste governo desmoralizado. E as classes dominantes também, temerosas de uma radicalização política e de uma convulsão social, aceitam fazer certas concessões à oposição em troca de manter o regime em pé.

Os conciliadores caem na defensiva

Estes acenos encontraram resposta em certos setores oposicionistas. Alguns governadores passaram a falar em consenso para um candidato à presidência. Brizola logo aderiu à tese da prorrogação por dois anos do mandato de Figueiredo (ou Aureliano). E agora o deputado Fernando Lira já se aventurou a lançar Tancredo Neves como candidato do consenso. Agora, com a atividade enérgica de Teotônio Vilela na presidência do PMDB, estas ilusões conciliadoras entraram na defensiva, mas certamente não

foram eliminadas e, se encontrarem brechas, voltarão à cena. A própria presença de Aureliano na presidência pode alimentar estes sonhos e reforçar o desejo de uma saída de entendimento por cima dos interesses do povo e da imensa maioria da nação.

Mas não será com um acerto deste tipo que se encontrará soluções. Já está evidente que o regime é inteiramente incompetente para governar. E mais do que isto, é o principal responsável pelo rumo desastroso que tomou o país, atrelado ao capital financeiro internacional.

Os trabalhadores, os democratas e os patriotas honestos não confiam neste regime, não suportam novas medidas que agravem suas condições de vida para salvar o governo, e por isto mesmo não apoiam entendimentos para retocar e manter de pé este poder ilegítimo. Se por todo lado se exige eleição direta para a presidência, é porque amadurece entre os brasileiros a

convicção de que para enfrentar a crise, a primeira medida é liquidar o sistema de arbítrio e conquistar a liberdade. Este é o obstáculo central para que os donos do poder concretizem suas manobras para enganar o povo com a anuência de setores conciliadores da oposição.

A direita pretende dividir os democratas

Neste quadro, a substituição de Figueiredo pode representar um fator de aceleração da crise política. Os presidencialistas, longe de arrefecer suas ambições, tentarão ocupar novos espaços. O regime terá mais dificuldades para manobrar com agilidade porque Aureliano não é homem de sua total confiança. E o avanço da crise econômica só pode gerar um descontentamento crescente em amplos setores sociais — inclusive desentendimentos maiores nas classes dominantes.

É de se prever um acirramento da luta de classes. A direita não perde tempo e trata de debilitar o entrave principal a seus planos, que é a unidade do povo articulada com as forças democráticas. O jornal O Estado de São Paulo, fiel porta-voz do que há de mais entreguista no país, está empenhado numa verdadeira cruzada contra as forças democráticas. E, como não podia deixar de ser, contra o PC do Brasil. A campanha por eleições diretas para a presidência, contra os acordos com o FMI e pela suspensão do pagamento da dívida externa é que pode no momento abortar esta ofensiva e consolidar o avanço da luta pela liberdade no país. (Rogério Lustosa)



Teotônio Vilela durante a entrevista coletiva, após almoçar com o Governador Montoro.

Vilela deflagra a maratona pelas eleições diretas

Em uma semana de presidente interino do PMDB, o ex-senador Teotônio Vilela esteve com seis governadores peemedebistas, numa maratona pelas eleições diretas para a Presidência, e contra a conciliação com o regime. Sua meta: jogar o PMDB e o povo em ritmo de campanha pelas diretas. Em São Paulo, quarta-feira, ele concedeu entrevista à imprensa:

Pergunta: Senador, parece que os partidos de oposição têm um pé atrás quando falam em eleições diretas. Não estaria todo mundo jogando em duas opções?
Teotônio Vilela: Não. Nós só estamos jogando numa direção: eleição direta.

P.: O que foi produzido no almoço entre o senhor e o governador Montoro?
T.V.: Nós tratamos em primeiro lugar da eleição direta. Não há discrepância. Estamos todos absolutamente tranquilos, entusiasmados, engajados, plantados na idéia: eleição direta. Cem por cento.

Além disso, nós debatemos também a parte econômica e a parte social. Nós temos que elaborar e vamos elaborar um documento em que detalharemos todo o pensamento do PMDB a respeito disso. Será então a nossa proposta alternativa, à base do Projeto Emergência, que foi o embrião pelo menos para debate, que eu apresentei.

P.: A campanha pelas diretas visaria principalmente a quem?

T.V.: A campanha é para a sociedade. Eu vou debater com quem? Eu vou debater os problemas brasileiros com o povo brasileiro. Este detalhe (ri), ora detalhe! o detalhe de esquecer uma nação inteira não é detalhe. Eu tenho que pilheriar. Este detalhe sempre se esquece nas grandes questões: o povo. Você vai conversar com um sujeito, ele pergunta: "Você conversou com o doutor fulano de tal? conversou com o general fulano de tal, o governador Catarino, etc?". Mas ninguém pergunta: "Você conversou com o povo?". É para o povo que nós estamos fazendo um programa alternativo de governo.

Somos hoje no Brasil uma força alternativa de poder. E ousar dizer que só existem duas forças organizadas capazes de mudar a face da política brasileira: as Forças Armadas e a oposição. As Forças Armadas porque estão armadas. E a oposição porque tem um potencial humano e ideológico muito forte, para atravessar toda essa borrasca com a maior tranquilidade. E vamos atravessar, estamos atravessando, estamos nos arrumando, nos arregimentando para isso.

"Será que subindo a rampa do Planalto você resolve a dívida?"

P.: Senador, depois do encontro do senhor no último sábado com Tancredo Neves, parece que estava tudo arrumado, mas logo depois disso o governador, através de deputados de Minas, voltou a manifestar o desejo de continuar a defender a tese do consenso, que é a única que ele acredita viável. O senhor não vê isso um pouco como...?

T.V.: É um erro total seu. Eu acabo de conversar com o governador. Olha, eu só chamaria a atenção de vocês para uma coisa, um problema de lógica e de bom senso. Um homem experiente como é o Tancredo Neves, não é homem para botar mão em cumbuca com a idade que ele tem. Eu pergunto a você: o grande drama do Brasil é a dívida externa, que está nos estrangulando, nos matando? Será que subindo a rampa do Palácio do Planalto, uma pessoa encostando a barriga no outro e dando um abraço, resolveu os problemas da dívida externa? Isso não significa nada. Você pode botar, por exemplo, todos os partidos de oposição no Pa-

lácio do Planalto, encher aquilo. Resolveu? Você piorou. O que que quer o governo? O governo já está sentindo os estertores da morte, esta é que é a verdade. Você está vendo o PDS. Você acha que vão se entrosar? Não vão se entrosar nunca! Quais são as figuras representativas, meu Deus do céu, que vão disputar a eleição indireta? Maluf e Andreazza! (ri). Vá à rua perguntar a qualquer um qual é o conceito desses dois que estão na ponta.

P.: Mas de alguma forma as candidaturas pelo PMDB terão que aparecer...

T.V.: Vão aparecer, depois de conquistadas as eleições diretas, que não conquistamos ainda. Não vamos botar o carro na frente dos bois.

P.: Mas ainda hoje está sendo lançada, agora à tarde, por um deputado do PMDB, Fernando Lyra, a candidatura do Tancredo à Presidência...

T.V.: Meu filho, o Fernando Lyra eu conheço como a palma da minha mão. Ele é de Caruarú, nasceu na rua do Cajú, eu conheço o pai, conheço a mãe. Se ele está lançando, que lance. Ele não está falando em nome do PMDB. Está falando por ele próprio. Nem por Caruarú ele fala.

"Não viraremos colônia porque o povo vai para a rua. E eu com ele"

P.: No PMDB a gente sempre pôde sentir que a candidatura natural à Presidência seria a do deputado Ulysses Guimarães. Agora apareceu em contrapartida a do governador Tancredo Neves. O senhor não acha que esse afastamento de Ulysses pode ter sido também para evitar um desgaste?

T.V.: Eu admiro o poder de criação que você tem. Fabuloso (ri). Eu acho que você devia se dedicar à novela. Tanta coisa grave para a gente discutir e que eu gostaria de discutir com vocês, e vir com esses babados... Porque isso é um babado, ninguém vai dar importância a candidatura a presidente da República agora. Eu não faço política nessa base. Tenha a santa paciência. Nunca fiz. Não gosto de coisinha miúda. Os grandes temas — é nesses que eu estou metido. E peço o apoio de vocês, peço por que se não todos nós vamos à garra. Se cairmos nessa política menor essa nação vai explodir. Vai explodir. Hoje o senhor Reagan é o imperador, e nós os pobres colonos. Seu Figueiredo cansou de telefonar — e é provável que isso tenha agravado o seu estado de saúde — para o seu Reagan para pedir para ele pagar os títulos do Banco do Brasil e do Banco Central; e o Tesouro dos Estados Unidos vem pagando. (Bate na mesa). Mas ele tem que sofrer a humilhação de telefonar. É essa a nossa situação! É por isso que eu estou tentando arregimentar uma força civil dentro do Brasil para nos rebelarmos contra o esfacelamento da nossa soberania! Nós não temos mais nem autonomia econômica e nem temos soberania nacional. Pode escrever isso. Se o jornal publicar eu dou a mão à palma, mas eles não publicam. A nossa dependência hoje chega ao ponto de não haver mais autoridade alguma no setor financeiro e econômico; quem administra a nossa dívida é uma comissão composta por elementos de quatro bancos norte-americanos. (Bate na mesa). E mandam em inglês, para Brasília, os memorandos dizendo o que que o Ministério da Fazenda deve fazer. Não é história da carochinha não! Isso é verdade. O Brasil está entrando hoje dentro de uma última fase da sua crise — a crise da sobrevivência. Se nós conseguirmos tira-lo disso, está tudo muito bom. Se não, vamos virar colônia. Não vai ocorrer porque o povo vai para a rua. E este caboclo velho que está aqui vai com ele, arrastando a perninha e com o toc-toc da sua bengala. Vou com ele para a rua. Mas colônia não vamos ser.

A maior inflação da história do Brasil

A inflação no mês de junho ultrapassou 12%. No primeiro semestre o total acumulado chega a 67%, e nos últimos 12 meses atinge 127%. Esses dados são recordes. Estamos com a maior inflação de toda a história do Brasil. A economia está com febre alta, os ministros deliram, mas é o povo que leva na cabeça!

A própria forma de medir a inflação é "política". Com os dados que vão de junho de 1982 a junho de 1983 podemos estudar as deturpações. Nesse período a inflação calculada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) apresenta uma variação de 127%. Esse é um índice chamado de Índice Geral de Preços, que mede todos os preços do mercado, tanto industriais como de consumo doméstico. Já o INPC, para o mesmo período, foi calculado em 112%. Só aí os assalariados já estão perdendo 15%, nos reajustes salariais.

A partir de junho um novo crime contra os salários entra em cena, o expurgo do INPC. Enquanto a inflação no primeiro semestre fica em 67% o INPC foi manipulado para 55%, uma perda de poder aquisitivo em torno de 12%.

O RECORDE DA FOME

Os dados de junho batem todos os recordes. O valor mais alto que havia ocorreu em janeiro de 1964 com 11,3%. Não se trata de um fato isolado de junho, pois nos últimos 12 meses temos também um recorde histórico de 127%.

Como tudo que acontece em nossa sociedade, são os assalariados os grandes prejudicados pela crise, principalmente os das camadas mais baixas, já atingidos em cheio pelos decretos 2012 e 2024 e agora pelo expurgo do INPC. Para essas faixas a alimentação pesa muito no orçamento familiar. Quanto mais alta a inflação dos ali-

mentos, mais fome para dezenas de milhões de pessoas. O preço dos alimentos cresceu muito mais que os reajustes salariais. Enquanto o INPC acumulado até junho foi de 112% os alimentos subiram 133%, de acordo com a Getúlio Vargas. Ficaram 21%, acima do INPC. Essa é uma das faces mais cruéis da crise. Hoje, para uma família de quatro pessoas tomar apenas o café da manhã com leite, café, pão e margarina, o custo mensal sai em 17 mil cruzeiros, o que equivale à metade do salário mínimo.

Os banqueiros internacionais, através do FMI, dizem que os salários são grandes causadores da inflação. Mas como isso é possível se os reajustes, como vimos, ficam sempre bem abaixo da inflação?

OS DADOS DESMENTEM O FMI

Numa economia concentrada, monopolizada e dominada pelo capital estrangeiro como a nossa, onde quase todos os setores estão dependurados em dívidas e quase todos pagam prestações, são os juros, cobrados acima de 200% ao ano, um dos grandes causadores da inflação. Enquanto os salários são reajustados rigidamente, os juros são liberados. Outro poderoso fator inflacionário vem das desvalorizações do cruzeiro, ordenadas pelo FMI, que encarecem brutalmente as importações. Nos últimos doze meses a desvalorização do cruzeiro atingiu 215%.

(Luiz Gonzaga)



Superávit da recessão

Essa é uma grave notícia, que indica o grau de recessão que estamos vivendo. Nossa economia não funciona sem importações, com a estrutura atual. É dominada por importações de máquinas e de matérias-primas fundamentais. Cortar as importações, significa paralisar nossa economia, aumentar a capacidade ociosa e acelerar o desemprego.

Com certeza caminhamos para uma grave recessão em 1983, pois para conseguir o superávit do primeiro semestre o governo usou muitos truques, como já denunciaremos na Tribuna. Agora esses cartuchos estão queimados e, além disso, a economia mundial não sustenta os sinais de recuperação. Estamos sob o fogo cruzado da inflação e

da recessão. O flagelo da fome e do desemprego.

No meio de ameaças de golpes, doença do presidente, recordes inflacionários e chantagem dos banqueiros, o governo só conseguiu achar uma boa notícia: o recorde no superávit da balança comercial.

Segundo o governo, as exportações de junho superaram as importações em 834 milhões de dólares. No semestre o superávit quase chega a 3 bilhões de dólares, é a metade do que foi prometido para o FMI.

O recorde que verdadeiramente está acontecendo é na queda das importações. Em junho tiveram uma queda de 28%, quase um terço, em relação a junho de 1982. A queda no primeiro semestre foi de 25%.

Boicote às prestações leva pânico ao BNH

Os mutuários do BNH têm usado todo tipo de pressão contra o aumento de 130% nas prestações da casa própria. A ameaça de boicote no pagamento das prestações e de retirar os depósitos das cadernetas de poupança deixou os homens do governo em pânico. O presidente do BNH afirmou que com isso "o Sistema Financeiro de Habitação poderá ruir".

Dia 1º de julho os mutuários cariocas e representantes de vários outros Estados fizeram uma manifestação em frente ao prédio do BNH, no Rio. O presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, não quis receber os manifestantes e ainda afirmou que os mutuários só têm duas alternativas: pagar o reajuste integral de 130% ou aceitar os reajustes semestrais.

Os mutuários não foram na conversa de José Lopes de Oliveira e estão preferindo optar por uma terceira via, a do boicote aos pagamentos das mensalidades. Em vários bancos já se nota que o número de pagamentos das mensalidades caiu após 1º de julho, data em que entrou em vigor o reajuste de 130%. O presidente da Asmuth-Bras (Associação dos Mutuários do Brasil) revelou que ainda este mês a entidade fará uma campanha orientando os mu-



Na manifestação do Rio, o "enterro" do mutuário.

tuários a não pagarem as prestações a partir de julho. Nas assembleias que têm sido realizadas em todo o país a palavra de ordem que mais tem mobilizado os moradores é: "Não pague, não saia e não entregue".

SURDO AO CLAMOR DO POVO

O governo tem se mostrado surdo ao clamor do povo. O presidente da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), Jô Rezende, após a manifestação do dia 1º, explicou que se o governo não atender ao pedido dos mutuários, a etapa seguinte da luta será o saque nas cader-

netas de poupança. Essa ameaça balançou o presidente do BNH que disse: "se continuar assim vamos falir".

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do qual faz parte o BNH, vem cambaleando das pernas nos últimos meses. Depois de esbanjar dinheiro em mordomias e desviá-lo para outros fins que não a habitação popular, o BNH vê as suas fontes de recurso diminuindo. O capital do Banco é formado por cerca de Cr\$ 4,7 trilhões dos depósitos do FGTS e de Cr\$ 8,5 trilhões provenientes das cadernetas de poupança. Pela primeira vez em sua história a aplicação do FGTS foi superada pelo saque, em abril. Os saques das cadernetas de poupança nos dois últimos trimestres têm sido maiores que os depósitos. Junte-se a isso que existem 720 mil mutuários com prestações atrasadas, para entender porque o presidente do BNH tem tanto pavor do boicote das prestações e às cadernetas de poupança.

PEQUENAS VITÓRIAS

Lopes de Oliveira não sente vergonha de dizer que estuda maneiras de retirar mais dinheiro do bolso do mutuário. Para ele, o reajuste semestral nas prestações do BNH "é a maneira de garantir maior entrada de recursos". Mas a mobilização dos mutuários já tem conseguido algumas pequenas vitórias. No Paraná, por exemplo, cinco mutuários conseguiram na Justiça que o reajuste de suas casas próprias não seja superior a 82%.

Convenções mostraram pontos fortes e fraquezas do PMDB

As quase 3 mil convenções municipais e distritais do PMDB, dia 3, espelham os pontos fortes e também as fraquezas da maior legenda oposicionista. As centenas de milhares de filiados que compareceram apoiaram com entusiasmo toda iniciativa de erguer a bandeira maior do PMDB hoje — eleição direta para presidente. Estas, porém, foram poucas.

No distrito de Vila Prudente, periferia Leste de São Paulo, por exemplo, os quase mil votantes na Convenção apoiaram em peso um abaixo-assinado pela eleições diretas — iniciativa simples, mas que multiplicada por todas as demais convenções teria um considerável impacto em favor da causa oposicionista. Também na Zona Leste, o Diretório de Ermelino Matarazzo soultou um manifesto sobre o assunto e terminou a Convenção com uma manifestação, na rua, pelas diretas. Em geral, porém, as convenções se resumiram à votação para esco-

lher os diretórios locais, peemedebistas. Na maioria dos casos (80 a 90%, segundo as direções partidárias) concorreram chapas únicas, de coligação dos diferentes segmentos oposicionistas que compõem o PMDB, o que fortalece a legenda. Mas tanto nestes casos como nos diretórios onde houve mais de uma chapa, as atenções ficaram mais concentradas nos problemas menores, locais. Em torno deles giraram as composições e as disputas. A campanha pelas diretas ficou, por assim dizer, à margem.

Em São Paulo, por exemplo, predominaram as questões dos municípios e zonas da capital. Já no Rio de Janeiro, Pernambuco e outros Estados ficou em pauta, com inexplicável antecedência, a disputa para ver quem será candidato do PMDB a governador no distante ano de 1986.

O localismo, furto de uma miopia ingênua que não encara de frente a crise brasileira em toda a sua gravidade atual, reduziu o alcance político das convenções. Mesmo assim elas foram uma demonstração de

vitalidade do PMDB, e de disposição da massa de filiados.

O POVO MAIS PRESENTE

Uma tendência que se manifestou com maior ou menor intensidade em todo o país foi o reforço das posições da área peemedebista mais identificada com as classes e as causas populares. No Rio de Janeiro houve um nítido recuo da corrente chaguista, expoente das forças da direita no partido. Em Salvador na Bahia, a chamada tendência popular firmou-se como uma das mais expressivas, com 15% dos delegados eleitos. Em Goiânia, uma articulação divisionista encabeçada pelo reacionário Irapuan Costa Junior foi abortada. Em João Pessoa, a iniciativa madura e responsável do Setor Trabalhista, encabeçado por José Rodrigues da Costa, foi decisiva para a unidade e o fortalecimento do PMDB.

Assim, é de se esperar que o partido se atire agora com energia renovada à campanha, que é de todo o povo, pelas eleições presidenciais diretas.

S. Paulo realiza congresso de SABs

De julho a outubro será realizado em São Paulo o Congresso Estadual das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) de São Paulo e Movimentos Populares. A abertura oficial do Congresso será no dia 10 de julho, no Palácio das Convenções do Anhembi e entre 16 de julho e 25 de setembro serão realizados seminários, palestras, reuniões e assembleias, na capital e no interior do Estado.

O congresso é promovido pelo Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) de São Paulo e pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). Durante o período da realização deste evento serão debatidos assuntos de interesse do povo, como moradia, transporte, desemprego, alimentação, educação e cultura, menor, o momento político atual e o papel dos movimentos populares.



Valter: das SABs até a Câmara

Almir de Barros, presidente da Conam, afirma que "em todas as reuniões que temos participado a mobilização tem sido grande e as entidades têm recebido com entusiasmo esta iniciativa". As SABs foram criadas com o objetivo de unir o povo nos bairros para pressionar o poder público a atender as suas reivindicações. Hoje no Estado existem cerca de três mil Sociedades Amigos de Bairro ou Associação de Moradores.

As SABs tem obtido um saldo positivo em suas atividades, apesar das deficiências de organização e de uma prática política atrasada em inúmeras delas. Muitas comunidades da periferia já descobriram que as Sociedades de Bairro podem cumprir um papel importante na situação atual. Elas vêm que além de suas reivindicações específicas, tais como água, esgoto, creches, transporte, podem ter um alcance maior. A união destas entidades, a atuação junto com outras organizações, como sindicatos, podem pressionar o governo e obter conquistas importantes para o povo.

O vereador Valter Feldman (PMDB-SP), que também é da diretoria da Conam, ressalta que "diante do resultado das últimas eleições de 15 de novembro abriu-se nova e promissora perspectiva para o funcionamento das organizações populares. E as SABs devem acompanhar estas mudanças colocando-se à frente das mobilizações nos bairros".

Grilagem em Melancias

A empresa Convap, do sr. Ari Magalhães, deu outro golpe de grileiro. Desta vez no povoado de Centro Sítio, de onde 250 famílias foram despejadas. No dia 23 a Fundação Cepró enviou uma equipe para analisar as tensões sociais no Piauí. A pesquisa realizada em Melancias foi feita sob forte tensão e ameaças. Um morador que prestou depoimento foi preso, e as fitas gra-

vadas pela Cepró ficaram com o sr. Ari Magalhães. Para responder a essas demandas foi criado em Teresina o Comitê de Defesa das Vítimas da Convap, no último dia 27. O Comitê tem a participação de 15 entidades, e já está trabalhando no sentido de fazer uma ampla denúncia em todo o Piauí e no Brasil.

(da sucursal)

O Bradesco trata bancários igual a burros de carga

Mais de 1410 agências e 40 empresas formam hoje o império Bradesco, a maior rede bancária privada da América Latina. Seu lucro líquido em 1981 foi de Cr\$ 36,2 bilhões; em 1982 foi de Cr\$ 54 bilhões.

O Bradesco mais parece um quartel que um local de trabalho. Desde a admissão, os funcionários recebem instruções no sentido de se conformarem com tudo e de trabalharem ao máximo, recebendo o mínimo.

Um dos slogans do Bradesco diz: "O homem deve ter a paciência e a disciplina de um burro de carga..." Existe inclusive um monumento na "Cidade de Deus, matriz do Bradesco, com essa mensagem. As pessoas que vão tomar curso na "Cidade de Deus" voltam pior do que o diabo. Os inspetores quando chegam nas agências, aumentam ainda mais o clima de medo e terror.

O esquema doutrinário é tão grande que leva alguns funcionários ou alunos a raciocinar de maneira absurda. Um aluno do Bradesco, Josué Constantino, falou com relação aos 40 anos de existência do Bradesco: "A data de hoje é de grande festa e alegria, pois o aniversário do Banco Brasileiro de Descontos representa muito mais do que o

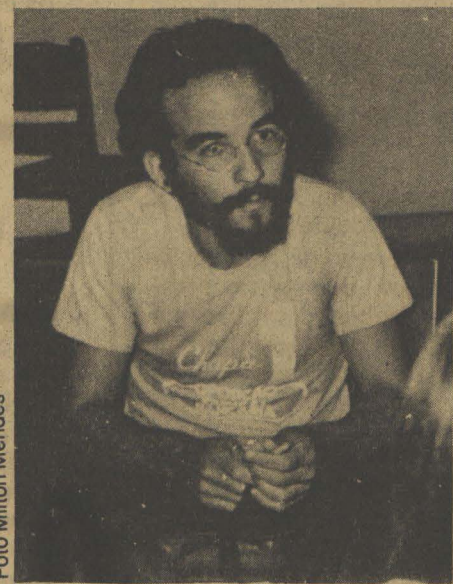
progresso de uma casa bancária, representa tudo aquilo que através dela se construiu para valorizar o ser humano (!)".

O banco aumenta a cada dia a repressão, tentando impedir a atividade sindical. Nem quer que os funcionários leiam os boletins do sindicato. Na portaria da Agência Centro, de Salvador, inúmeros vigilantes impedem o acesso de diretores do Sindicato. A diretoria da entidade continua na luta, realizando diversos protestos como as "Operações Fecha Banco" na Agência Centro e na Agência São Pedro, obrigando o banco a fechar às 16:30 horas, como determina o Banco Central.

O último protesto público desse tipo, liderado pela diretoria do Sindicato, foi no dia 28 passado, na porta do Bradesco. Iniciativas assim vêm tendo um resultado muito positivo, inclusive esclarecendo os clientes e o povo em geral para que apoiem a ação do Sindicato. Outros protestos surgirão na medida em que forem necessários.

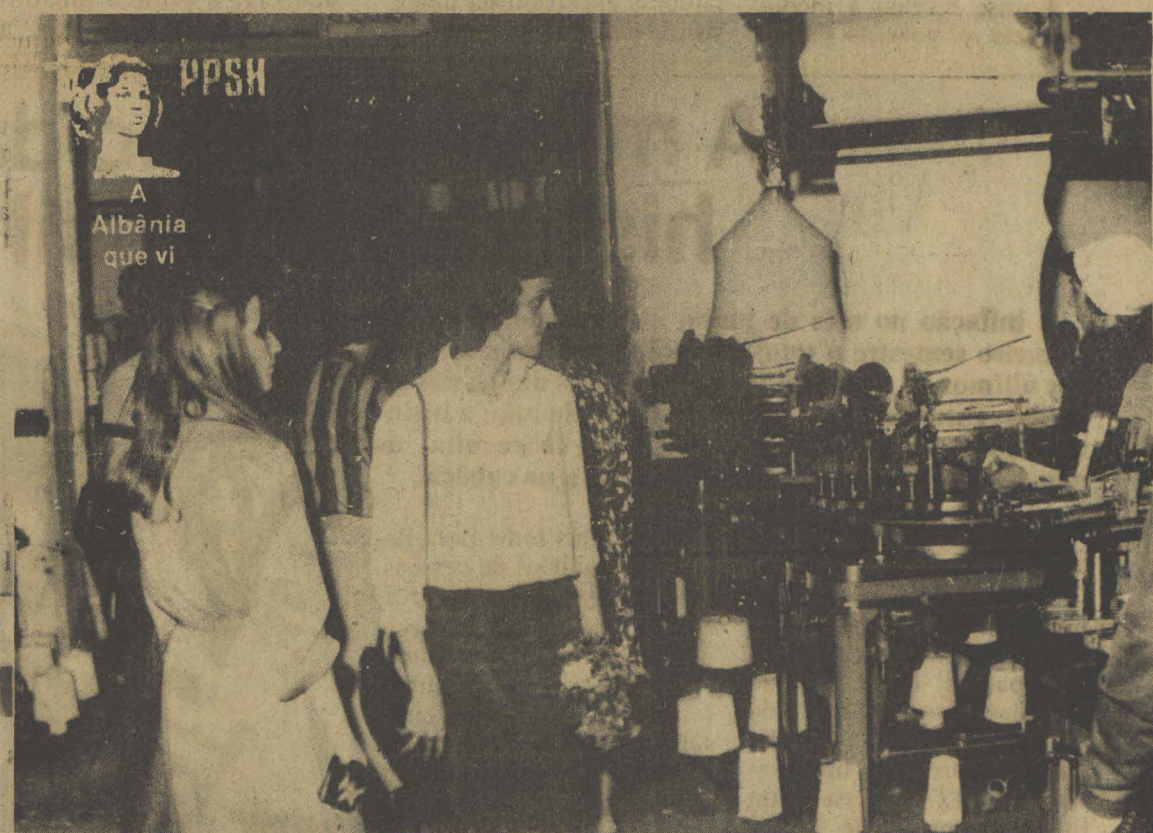
FUNCIONÁRIOS EM LUTA

Mesmo com o clima repressivo, cresce a organização dos trabalhadores. A Comissão dos Funcionários elabora boletins denunciando



Álvaro Gomes, do Sindicato

as arbitrariedades do banco, organizou um campeonato de futebol e vem desenvolvendo uma luta constante por eleições limpas e diretas para a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Fez um abaixo assinado com 1.205 assinaturas, reivindicando restaurante, e trava um combate constante pelo direito de pensar, agir, falar, por liberdades, contra a opressão e a repressão descabidas no Bradesco. (Álvaro Gomes, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia).



Maria do Socorro (no centro) visita a fábrica de fios de lã na região de Korça, na Albânia.

Um país onde ser operário é honra

Após os trabalhos do 9º Congresso da União das Mulheres, Maria do Socorro visitou algumas regiões da Albânia. Esteve em fábricas, cooperativas agrícolas, granjas estatais e escolas de nível médio e superior. Pôde constatar que os albaneses, homens e mulheres, além de terem emprego garantido, recebem salários dignos e trabalham em boas condições.

"Como já afirmei — declara a metalúrgica Maria do Socorro — existe pleno emprego na Albânia. Não vi filas de desempregados à procura de serviço. Ao terminar seus cursos, sejam de nível médio ou superior, cada albanês tem seu posto garantido de acordo com sua especialização.

"E posso garantir que ser operário lá é considerado uma honra. Afinal é essa classe que está no poder. Estive, por exemplo, na fábrica de fios de lã de Korça. Apesar das dificuldades da tradução, conversei com os operários, na maio-

ria mulheres. Pude constatar que elas ali não estavam revoltadas, nem precisavam fazer greve para receber seus salários ou aumentá-los. Aliás, o maior salário existente no país é apenas 1,8 superior ao menor. Vi nesta empresa engenheiros recebendo salário idêntico ao de operárias especializadas. E a diretora da empresa, uma operária saída da produção para a direção da fábrica, também ganhava tanto quanto o pessoal da produção.

"Como a fábrica tinha um número grande de mulheres, quis saber que condições elas tinham para trabalhar. Observei que havia muitas casadas. Elas não são discriminadas como ocorre aqui. E muitas grávidas também. A maternidade lá é respeitada. Ninguém fica preocupado pelo tempo (6 meses) que as gestantes deixam de trabalhar antes e depois do parto. Realmente o ser humano é considerado o capital mais precioso. E as crianças são chamadas inclusive de 'filhos da pátria'. As operárias têm horário garantido para amamen-

tar seus bebês. E têm creches na fábrica mesmo ou perto de onde moram. Nas fábricas grandes, como era o caso desta de Korça, a creche era na própria empresa.

"Vi as mesmas condições para as mulheres que trabalham na agricultura, tanto as camponesas cooperativistas como as operárias das granjas estatais. Elas têm os mesmos direitos que as operárias e que qualquer outra trabalhadora albanesa.

"As mulheres trabalham em todas as áreas. O único lugar que elas não entram é nas galerias das minas. Me disseram que é por razões médicas, principalmente no que diz respeito às grávidas.

"A verdade é que os trabalhadores recebem todos os cuidados. Têm assistência médica quando doentes. Trabalham em horários reduzidos em locais insalubres. Ganham bem. Têm estabilidade e garantia de emprego. Homens e mulheres recebem salário igual por trabalho igual, como pude constatar entre os operários do cotonifício de Korça."

As federações reforçam o Ceclat paulista

Aguardado com expectativa, será realizado de 22 a 24 de julho o Congresso das Classes Trabalhadoras (Ceclat) de São Paulo, convocado pela Pró-CUT Estadual. Espera-se a presença de um número maior de entidades sindicais, inclusive algumas que não reconheciam a Pró-CUT, o que aumenta a importância do evento que traçará os rumos do movimento sindical.

Por recomendação do X Congresso dos Metalúrgicos, realizado em fins de junho, a Federação e os 41 Sindicatos da categoria no Estado deverão participar do Ceclat e do Congresso Nacional em agosto. Desde a criação do movimento Pró-CUT, esta Federação recusava-se a incorporar a articulação intersindical e restringia a participação da maioria das entidades do interior. O mesmo ocorria com a Federação dos Bancários, que também já informou que participará do encontro, dando sinal verde para os mais de 20 sindicatos da categoria no Estado.

Outras duas adesões que dão vida nova à frágil intersindical paulista são as da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaesp) e do Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista, o mais importante do país. Ambos haviam se afastado da Pró-CUT, retirando-se dos seus dois últimos encontros, sob o pretexto de que ela é "estreita e divisionista". Mas agora resolveram reforçar a articulação unitária. O Sindicato dos Metalúrgicos já convocou assembleia para eleição dos delegados de base e a Fetaesp em seu último boletim recomenda participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Entrevistado pela **Tribuna Operária**, Roberto Horiguti, presidente da Fetaesp, explicou a posição da sua entidade: "Nós sempre defendemos a necessidade de uma organização que congregasse todos os trabalhadores rurais e urbanos. E



Horiguti: "Fetaesp presente"

hoje mais do que ontem isso se faz necessário porque o desemprego e o achatamento salarial atingem a todos. Há mais de 20 anos que levantamos a bandeira da reforma agrária, mas sozinhos nada conseguimos e continuaremos. É necessário a soma de todos, inclusive para lançar uma forte campanha pela reforma agrária".

Horiguti explicou também que "os dirigentes sindicais ainda estão divididos, quando os trabalhadores na base estão unidos na defesa do emprego, dos salários e de um pedacinho de terra" e que é necessário "superar as divergências do movimento sindical". Por isto a decisão de estar no Ceclat, apesar de faltarem condições financeiras para todos os 148 STRs participarem. "As 10 regiões sindicais escolherão os representantes para participar do encontro. Não deixaremos de estar presentes".

Urgência da campanha pela reforma agrária

Na primeira parte deste artigo, publicada na edição passada, vimos que a estrutura agrária baseada no latifúndio é uma peça vital do regime de dominação do povo brasileiro. E que a reforma agrária radical é uma tarefa política não só dos camponeses mas também dos operários e de todo o povo. Aqui, a parte final do artigo.



No Brasil, a partir de 1964, aplicou-se uma política econômica altamente concentradora de renda e dependente que levou a um alto grau de monopolização e de modernização de alguns setores objetivando produzir para exportar. A agropecuária não ficou imune a esse processo.

Como decorrência disso, ocorreram, entre outros, dois fenômenos que merecem atenção: cresceu brutalmente a concentração fundiária e com ela a penetração do capitalismo no campo; e montou-se um setor produtivo moderno, com destaque para as propriedades de até 100 hectares localizadas principalmente no sul-sudeste e, em parte, no centro-oeste. Administradas familiarmente ou não, estas propriedades integram-se no sistema e passam a desempenhar papel destacado na nossa agropecuária. Não pela virtude da administração familiar, mas sim por serem unidades econômicas capitalistas de porte médio e grande, produzindo intensivamente para o mercado, assalariando mão-de-obra, usando créditos, técnicas e insumos modernos e com os maiores índices de produção e produtividade.

NOSSA REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária no Brasil, ao lado da tarefa central de aniquilar o latifúndio — enquanto monopólio da terra e sustentáculo dos latifundiários —, tem como objetivo garantir o democrático acesso à terra. Simultaneamente, conforme o grau de desenvolvimento, o tipo de explora-

ção e a região geográfica do país, estruturar formas de propriedades (estatais, cooperativas, etc.) que tornem mais eficaz a produção. Deve adequar-se ao nível de desenvolvimento atingido e proporcionar melhores condições de vida e trabalho aos camponeses e demais trabalhadores rurais. A produção deve ser planejada de acordo com as necessidades globais do país, dando prioridade ao abastecimento do mercado interno e, secundariamente, à exportação. Deve-se desenvolver uma tecnologia adequada às nossas necessidades, não criadoras de desemprego e degradadora do meio ambiente.

O êxito da luta pela reforma agrária, além de exigir intensa participação dos trabalhadores rurais, necessita de ampla mobilização social, da unidade de todas as forças sociais interessadas no fim da dominação do imperialismo, do latifúndio e da grande burguesia em nosso país. Particular atenção merece a aliança operário-camponesa.

Tudo isso está a exigir uma ampla campanha nacional de luta pela reforma agrária, que a partir do movimento sindical, com destaque para os trabalhadores rurais, aglutine os demais setores sociais interessados. Ao decidir uma campanha desse porte e ao traçar as formas e meios de sua realização, estará o Conclat indicando concretamente um caminho de luta capaz de mobilizar e unificar o movimento sindical.

(R. Freitas)

FMI e militares investem contra família brasileira

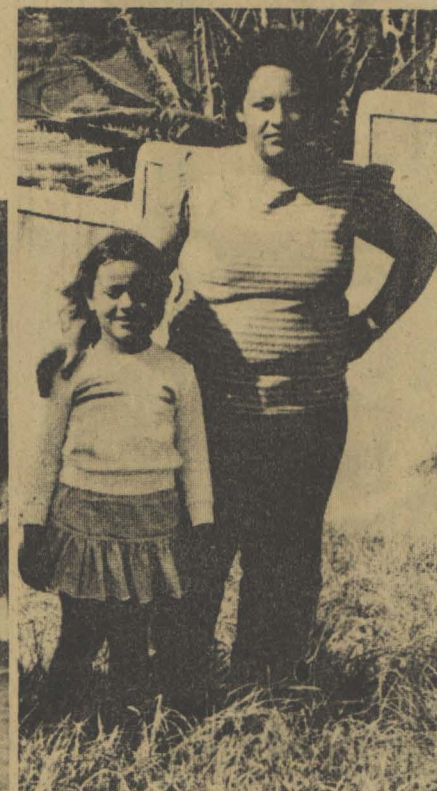
Desde o golpe militar de 1964 os militares vêm procurando implantar o controle de natalidade no Brasil. Mas agora, com a assinatura do acordo com o FMI, o regime militar iniciou uma nova ofensiva neste campo. A ameaça é séria. Mas diversos setores da sociedade vêm protestando contra esta medida que as multinacionais querem implantar a qualquer custo.

Como afirma a presidente da União das Mulheres de São Paulo, Maria Amélia Telles, "a política de controle de natalidade no Brasil sempre se deveu à intromissão direta das multinacionais e particularmente do imperialismo norte-americano". De fato, a primeira tentativa de controle demográfico se deu com a Sociedade Cicil Bem-Estar Familiar, a Benfam, em 1965. Financiada pela Fundação Rockefeller e pela Ford, a entidade foi reconhecida de "Utilidade Pública Federal" pelo general Médici. E atualmente já tem 2.187 postos e 59 clínicas de "planejamento familiar" em 16 Estados, localizados principalmente em áreas de população considerada de baixa renda.

Nestes 20 anos o governo deu seu consentimento para programas de esterilização de mulheres, particularmente no Nordeste, na Amazônia e mesmo na periferia

de grandes cidades. Elas serviam de cobaias para medicamentos até então proibidos nos Estados Unidos, patrocinadores da experiência.

Mas agora, se depender do governo, o controle de natalidade vem para ficar. Segundo a "Executive Intelligence Review", publicação que circula entre altos executivos ianques e europeus, o FMI colocou a "redução



Dona Lídia Sales (sentada, à direita) com os filhos e a mãe. Dona Fátima e uma filha. Nas fotos menores, dona Eva, acima, e Jane Vasconcelos, vereadora do PMDB.

do crescimento demográfico" como condição para o empréstimo pedido pelo Brasil. E os generais aceitaram. O projeto pretende atingir cerca de 38 milhões de mulheres.

Como afirmou Jane Vasconcelos, vereadora do PMDB em Salvador e coordenadora do Movimento Contra a Carestia, "o argumento de que a miséria do homem decorre da explosão demográfica é um engodo das classes dominantes. Os generais são os principais responsáveis pela crise que enfrentamos". Para quem não quer diminuir seus lucros, a única forma de reduzir a fome é reduzir o número de famintos, contendo o crescimento da população. Para os banqueiros e grandes industriais brasileiros e internacionais o crescimento da população faminta e carente, passível de se revoltar, representa uma série ameaça.

ENGODO DOS RICOS

Dona Lídia Sales, mãe de 13 filhos, vice-presidente da Associação de Moradores da Favela Indiana, no Rio de Janeiro, esclarece: "O problema do país não está no número de filhos que nós, favelados e operários, estamos tendo. Estes homens que estão no poder levaram o país ao caos e agora querem colocar a culpa nas costas das crianças que estão nascendo. Os poderosos podem criar cavalos e cachorros, com caviar, presunto, e tudo do bom e do melhor. Mas nós nem criar filhos podemos. Se o núme-



ro de filhos fosse o culpado pela miséria e sofrimento de nosso povo, ninguém que tivesse um ou nenhum filho viveria na miséria aqui na favela. Mas todos vivemos o mesmo sofrimento. Neste sistema basta ser trabalhador para que a exploração e o desemprego se abatam sobre nós. Isto sim é que é o problema e não o número de filhos que temos".

Maria de Fátima Miranda, ex-operária têxtil e membro do Movimento de Favelas da Zona Sul de São Paulo, completa: "O que deveríamos fazer era criar uma forma de melhorar o nosso país, fazendo a reforma agrária e armando emprego e moradia para todos, além de creches para as crianças. Mas o governo prefere distribuir pilulas do que criar creches".

Dona Eva Joana Braz, coordenadora da creche Criança Feliz, no Bairro Industrial, em Contagem, Minas, considera: "Riqueza de pobre é a família. Quem vai sustentar a pátria no dia de amanhã? Será que os ricos vão pegar a pá, a enxada, a graxa das fábricas?"

E Dona Lídia Sales vai mais adiante: "Luto para que cada criança de uma mãe favelada que nasça seja mais um que se junte a nós para acabar com esse regime de exploração e miséria". (Olivia Rangel e sucursais)

Os defensores do controle

O Fundo Monetário Internacional impôs como condição para a concessão do empréstimo ao Brasil a "redução do crescimento demográfico". E os militares engrossaram o coro dos ataques à família. O general Figueiredo afirmou na mensagem ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos legislativos deste ano, a 1º de março, que o crescimento da população era "um agente de instabilidade", capaz de acarretar "desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos".

Expressando a opinião de boa parte do PDS, o senador Amaral Furlan acha que "é um absurdo que o governo brasileiro pague salário-família. Já estamos com 125 milhões de habitantes e o crescimento daqui para frente será

geométrico. Isso vai gerar uma falta de emprego tremenda". O senador Roberto Campos, em seu primeiro discurso no senado, defendeu o que ele chamou de "paternidade responsável" para as classes e regiões mais pobres. Em outras palavras, só pode ter filhos quem tem dinheiro, quem é "responsável".

O ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, tenente brigadeiro Valdir de Vasconcelos, declarou que o crescimento demográfico está diretamente ligado à segurança nacional "porque a paz social pode ser comprometida se não houver um crescimento populacional ordenado". Dona Esther Ferraz, ministra da Educação, declarou que o crescimento da população "afeta o bem comum".

Moradores lutam pela casa em Belém

Os moradores que ocuparam várias casas e terrenos em Belém, no Pará, conquistaram vitórias significativas nos últimos dias. No Jardim Maguary impediram que a Justiça Federal e a PM os desalojasse. Em outro conjunto ocupado, no Jardim América, obrigaram a Cohab a baixar o preço das mensalidades. No Aurá conseguiram um terreno para mil famílias.

No final de junho foram expedidos dezenas de mandados de despejos judiciais contra os ocupantes das casas do Jardim Maguary, mas sem nenhum êxito. Agora as autoridades ameaçam com a intervenção da Polícia Federal, a fim de apurar os moti-

vos da resistência e a responsabilidade de liderança do deputado Paulo Fonteles, do advogado dos posseiros José Maria e do presidente da Associação dos Moradores do Jardim Maguary, Adão Bechaga.

As 1.500 famílias que ocuparam as casas abandonadas do Jardim Maguary, em março, estão lutando na Justiça há mais de três meses para conseguir a posse das moradias. Já foram feitas três tentativas de despejo, todas frustradas. Da última vez o oficial de Justiça e mais 120 policiais, portando inclusive bombas de gás lacrimogênio, tiveram que bater em retirada frente à organização dos moradores. Quando a polícia chegou, as mulheres entravam

pelas casas em que havia ordem de despejo e impediam que fosse retirada a mudança. Depois de muitas tentativas os policiais e o oficial de Justiça foram embora. O povo comemorou esta vitória com faixas e bandeiras do Brasil nas ruas.

"SO SAIO MORTA"

Os moradores do conjunto do Jardim América são outro exemplo de resistência. O conjunto, que estava abandonado, foi ocupado há três anos por 400 famílias. A caderneta de poupança Tropical — que está sendo liquidada oficialmente — afirma que é a dona das casas e quer colocá-las em leilão. No dia 22 de junho os moradores foram até o BNH exigir o fim do leilão e o di-

reito de comprar as casas, pagando a quantia que pudessem.

A Tropical fez o leilão, mas ninguém comprou nenhuma casa. Isto por que os posseiros compareceram ao local e alertaram os compradores mais desavisados que as casas que estavam sendo leiloadas, já tinham dono e que eles não sairiam de lá sob qualquer hipótese. Uma moradora afirmou: "Só sairei de minha casa morta, junto com meus oito filhos, pois não tenho para onde ir".

Já no Conjunto Habitacional Panorama XXI, depois de vários meses de luta, as 400 famílias que ali moram conseguiram que a Cohab diminuísse o valor das mensalidades de Cr\$ 30 mil para Cr\$ 10 mil. O deputado Paulo Fonteles, representando o governador do Pará, Jader Barbalho, foi quem deu a boa notícia numa assembleia dos moradores no dia 21 de junho.

"NÃO SOU URUBU PARA MORAR NO AR"

Outras lutas pela posse de terrenos têm surgido em vários bairros de Belém. A mobilização envolve dezenas de milhares de famílias. No Aurá, cerca de mil famílias ocuparam uma área dos Correios e Telégrafos. Diante da pressão dos moradores, o BNH comprou o terreno e vai repassá-lo às famílias. No bairro da Previdência, o "dono" de um terreno onde residem 200 famílias cercou o local com arame farpado, mas os posseiros derubaram a cerca. Uma moradora revoltada declarou: "Não saio daqui porque não sou urubu para morar no ar". (da sucursal)



Ocupantes do conjunto do Jardim Maguary evitaram ser despejados com muita garra e coragem



Em Serra Pelada 35 mil deverão deixar garimpo

A situação aqui em Serra Pelada é dramática desde que a Polícia Federal interferiu nos assuntos de mineração.

O governo usa a polícia, mas não em defesa dos trabalhadores e sim dos que acumulam bens, os capitalistas e as empresas internacionais. Para os trabalhadores, inclusive nós, garimpeiros, resta toda sorte de humilhações. Se trabalhamos na agricultura somos perseguidos pela grilagem, pela polícia, pelos prefeitos do PDS, Inera e Getat.

E o que ocorre em nossos centros de agricultura é que o Inera e o Getat e outros departamentos de terra em lugar de assegurar e fortalecer tiram os direitos dos trabalhadores na agricultura para dar aos grandes latifundiários e empresas estrangeiras. Além disso o governo contrata a nossa produção por um preço baixo, que não dá para compensar nem o cultivo da terra. A gente vê que o governo e seus ministros só querem a derrota dos trabalhadores rurais e operários. Sobem os preços de todas as mercadorias industrializadas até 200%, en-

quanto que a produção agrícola não sobe bem 20% ao ano, pois os cereais só passam a ter valor quando estão nos depósitos dos grandes intermediários.

E quando saímos para os garimpos, chegamos nas selvas. Encontramos minérios depois de malária, hepatite e outras doenças. E ainda tem a praga da polícia e dos tubarões controlados pelo governo federal.

O pior de tudo foi a visita do Ministro das Minas e Energia na Serra Pelada. Antes disso já não deixavam os garimpeiros trabalhar onde tem ouro. E ainda tem a grilagem dos barões quando os mesmos são ricos de ouro, pelos tapias com testemunhas falsas e apoiados pela polícia. Agora o ministro determinou a retirada de 35 mil garimpeiros que não têm outro meio de sobrevivência.

Convidamos todos os trabalhadores brasileiros que sofrem estas mesmas angústias a se organizar e a se solidarizar com os garimpeiros. Também pedimos apoio dos sindicatos e dos parlamentares oposicionistas. (garimpeiro de Serra Pelada-Pará).

O Sindicato deve ajudar todos os trabalhadores

Fiquei sabendo que no dia 9 de Maio um diretor do Sindicato dos Químicos havia agredido um associado e sua esposa. Fui procurar as vítimas e localizei Gilberto Vieira e Maria Lúcia Prestes.

"Fui ao Sindicato com meu marido — conta dona Maria — para obter um dente. Fomos tirar informações com um diretor sobre dependentes. A Nair nos atendeu muito bem. Neste hora entrou na conversa, sem mais nem menos, falando em tom agressivo, a diretora Nilza, dizendo que o Sindicato não fazia isso, a não ser para quem eles queriam.

"Nos dirigimos então ao elevador e a Nilza voltou falando em tom agressivo e colocando o dedo em meu rosto. Tirei o dedo dela e disse que me respeitasse, que eu não estava lá pedindo esmolas e sim o que tinha direito. Foi quando ela

me deu tapas no rosto e eu revidei".

"Quando fomos para o elevador — prossegue Gilberto — a Nilza agrediu minha esposa. E quando me virei estavam perto de mim o diretor Antônio Carlos e um outro que se não me engano é advogado do Sindicato. Eles nos deram empurrões. Descemos. Deixei minha esposa no térreo e voltei para falar com o diretor responsável. O Domingos se apresentou e ficou me gozando. Jamais esperaria essa atitude.

Disse que ia denunciar a atitude deles. Fui ligar para a Globo e quando voltei minha esposa estava mal com hemorragia. Ela tinha tido filho 25 dias antes. Corri com ela para o hospital. Outro dia voltei ao Sindicato para ir ao dentista. E soube que minha matrícula foi cassada!"

(colaborador da TO - São Paulo-SP)

Matarazzo demite, acaba "ilha de tranquilidade"

O facão come solto na Matarazzo, que os patrões diziam ser o paraíso dos operários, uma ilha de tranquilidade, onde quem queria trabalhar não era mandado embora. Eles se esquecem de que vivemos num país dirigido pelo FMI, cuja sede se encontra nos EUA, por coincidência terra da multinacional que controla a Matarazzo.

Neste início de julho, aproveitando-se do desemprego, com sua sede insaciável de lucro, como todo capitalista, a empresa dispensou dezenas de companheiros, forçando os que ficaram a trabalhar dobrado.

Chega de sermos explorados! Vamos nos organizar para por um fim neste regime de fome e desemprego. (operários da Matarazzo — São Paulo-SP).

A carta que mais chamou nossa atenção neste número foi a do garimpeiro de Serra Pelada. E que apesar do enorme controle a que são submetidos, ele conseguiu escrever para a Tribuna Operária, denunciando as péssimas condições de trabalho e de vida dos mineiros e também dos lavradores da região. Ele mostra também que esta experiência lhe serviu para compreender quem são os verdadeiros responsáveis pelo clima de medo, insegurança, fome e miséria da região de Serra Pelada. Que de resto se manifesta em todo o Brasil, embora de formas diferentes.

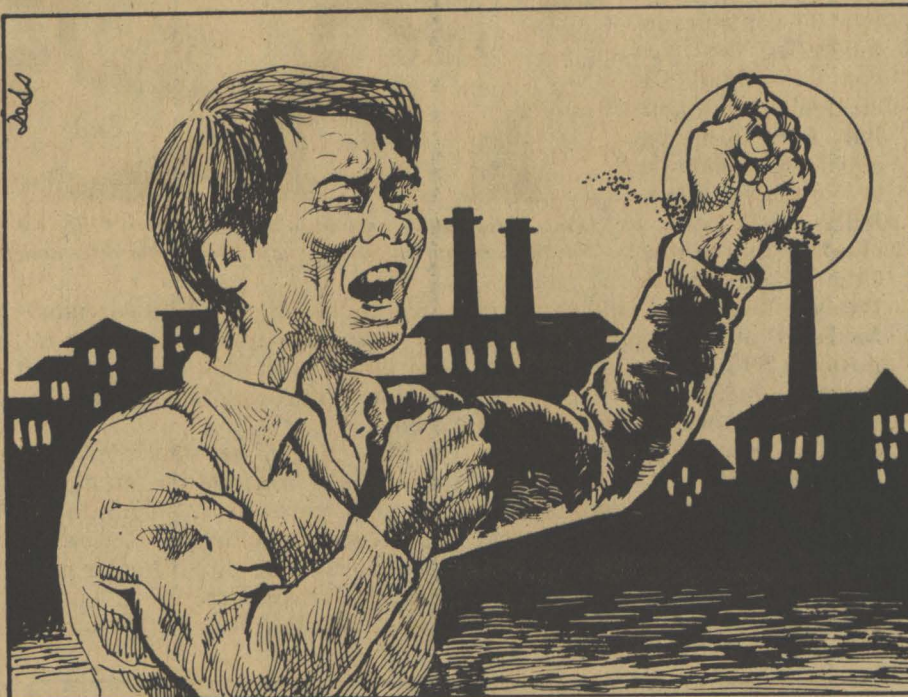
Esperamos que esta carta ajude também os trabalha-



fala o POVO

dores de outras minas, os lavradores de outras regiões, os operários, enfim, todos os oprimidos e explorados pelo governo dos militares.

(Olívia Rangel)



Amapoly S/A impede operários de comer a empresa

Venho através deste combativo jornal denunciar as arbitrariedades a que estamos sendo submetidos. A Amapoly S/A não nos oferece transporte nem alimentação. E se o funcionário chegar um minuto depois do apito ele não entra.

Isso é ordem da gerência, que não leva em consideração que não temos transporte e o salário que nos dão não dá para pagar o ônibus a 75 cruzeiros. Para piorar ainda mais, quando o funcionário falta mais de uma vez pega advertência e depois uma suspensão ou até mesmo a conta.

Não podemos trazer merenda porque é proibido e a segurança toma na entrada e fica para eles. Só recebemos café com quatro bolachas. Nem pão podemos levar para aguentar até irmos em casa almoçar.

As condições de trabalho não são melhores no setor de acabamento, que mais parece com o inferno. E nós sofremos pressões de todo tipo e toda hora dos gerentes e dos chefes que são puxa-sacos. Infelizmente a maioria dos operários são menores e mulheres. Se não já tinham levado o troco. (operários da Amapoly — Manaus-Amazonas).

Fundador do PDT quer expulsão de membro do CCC no Paraná

As declarações do ex-candidato ao Senado pelo PDT do Paraná, onde José Raimundo declara publicamente que participa como membro e líder, no Estado do Paraná do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), organização de extrema direita, acusada de atos de terrorismo físico e moral, deve merecer o repúdio popular.

Tal declaração é contrária aos princípios do programa do PDT e ao regime democrático, na medida que revela a outra face da política. A liberdade de consciência, organização política inclusive aos comunistas, que é hoje comum inclusive em democracias modernas, está assegurada na Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Tal é a dose de reacionarismo revelado que, seguramente, não encontra acolhida nem em setores mais conservadores do Sistema, que caminha no rumo da abertura.



José Amoreci da Silva

Esperamos que a Comissão Executiva, desta vez, saia do anonimato e tenha coragem de extirpar dos quadros partidários esse e outros "Maccartistas" antes travestidos de liberais. Chega de omissão! (José Amoreci da Silva membro fundador do PDT do Paraná).

Rodoviários cariocas querem eleger delegado para Conclat

Venho através desse jornal combativo e operário denunciar as manobras que estão sendo feitas pela diretoria no Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro. Aqui se nem todos concordam com a CUT, pelo menos todos concordam com a CONCLAT e que essa deve ser forte. Mesmo assim foi numa reunião de Diretoria que resolveram tirar os delegados para Conclat e Enclat. No mínimo isso deixa uma pergunta sem resposta: que Conclat combativa é essa, que tanto eles concordam?

Quando soubemos dessa manobra

pressionamos, o protesto da categoria tende aumentar, fez com que o próprio responsável pelo registro dos delegados acabasse concordando em voltar atrás e tirar novos delegados. Marcaram para o dia 2 de julho outra reunião com os suplentes da diretoria para informar os delegados indicados. O momento não permite estreiteza e desvio. É preciso que todos se levantem e barrem esse golpe. Vamos tirar os delegados em assembleia como orienta a Pró-CUT (grupo de colaboradores rodoviários no Rio de Janeiro-RJ).

Vigilante protesta contra atraso de salário na Special

Na sexta-feira, 1º de julho, houve uma rebelião na empresa Special de Segurança e Vigilância Bancária no Parque Dom Pedro. Uns 200 vigilantes foram exigir o pagamento do salário atrasado, das horas-extras e o adiantamento do vale. Só que a empresa tentou enrolar o pessoal. Revoltados, os vigilantes quebraram os móveis da sala e houve um início de incêndios. Os donos da empresa, covardes, fugiram e ainda chamaram a polícia que apareceu em três tácticos móveis e com os PMs de metralhadora na mão.

Batista, um dos vigilantes, um homem de muita coragem, denunciou à Tribuna Operária que a Special cobra das empresas Cr\$ 300 mil por cada vigilante, mas na hora de pagar os miseráveis salários diz que não tem dinheiro. Disse também que a firma vive atrasando os salários e trata os vigilantes como escravos. Muitos dos que se revoltaram nem tinham dinheiro para voltar para casa e nem tinham almoçado naquele dia.

Devido a explosão a firma deu um adiantamento, que não é muito mas pelo menos ajuda no fim da semana. Todos falaram que voltariam a Special para cobrar os seus direitos. A empresa tentou enganar os companheiros, mas os patrões se esquecem que



Batista, líder dos vigilantes

os trabalhadores estão se organizando cada vez mais para acabar com a exploração e a opressão.

Na segunda-feira os vigilantes voltaram na Special e ficaram revoltados novamente pelo atraso no pagamento dos vales. Muitos diziam que estavam ali da manhã até à noite sem comer para receber o vale. Um vigilante que trabalha no Bradesco contou que cortaram a água de sua casa e o aluguel já estava atrasado há dois meses. E acrescentou: "A minha filha mais nova morreu e me deram só três mil cruzeiros para fazer o enterro". A situação está tão difícil para os vigilantes da Special que um deles teve que vender suas botas e o outro seu apito para comprar alimentos para os filhos, que estavam passando fome! (um operário gráfico correspondente da TO em São Paulo).

Mineiro da Morro Velho não recebe as horas-extras

Venho por meio desta torná-los cientes dos acontecimentos em Jacobina, principalmente na Mineração Morro Velho S/A que está usando os trabalhadores.

A alimentação é péssima. Os dois mil trabalhadores que trabalham em quatro horários ou turnos, ao entrar no serviço batem um cartão entregue ao vigilante e recebem um "quentinho". Este "quentinho" é farinha, farinha de mandioca com óleo cru, um pouco de arroz mal cozido, carne de galinha. Tudo isso vem frio. Na maioria esses "quentinhos" são jogados no lixo pois já foi encontrado no meio da comida até bicho de berne, de mosca varejeira. Outra eu achei completamente azeda. E o trabalhador é obrigado a comer isso... Dentro das galerias entra lama e pedra; existe constante pingamento de água e detritos. Os trabalhadores reclamam disso e inclusive querem que a Morro Velho volte a fornecer leite. Mas um tal de dr. Curt Mancherm capitão da Mina, disse que peão bebe água e não leite.

Outro problema que enfrentamos é que a Morro Velho não paga hora extra de acordo com o regulamento. Operário que trabalha na galeria trabalha 6 horas e deve receber 8. Mas na Morro Velho eles trabalham 8 horas por dia e recebem 180 horas normais



e 60 como hora-extra, formando 240 horas. Mas isso está errado porque teríamos direito a 2 horas extras por dia. No mês de março trabalhamos 31 dias, 248 horas a 135 cruzeiros. Recebi Cr\$ 37.000,00 líquido e total bruto Cr\$ 43.940,40. Se a Mineração Morro Velho pagasse como manda a lei eu teria recebido líquido Cr\$ 45.000,00.

Centenas de trabalhadores recebem este tipo de pagamento e não adianta reclamar. Um trabalhador que trabalha no poço tem direito a um abono de 2 a 7 mil cruzeiros por semana, mas a Morro Velho desconta no INPS. Ou seja, o operário come o pão que o diabo amassou. (A.Q. — Jacobina-Bahia).

Professores acreanos fazem ato por aumento salarial

Mais de 700 professores do Acre, liderados pela Associação dos Professores do Acre, realizaram um ato público em frente ao Palácio do Governo no dia 17 de junho.

O ato contou com a presença do presidente da CPB, que lembrou na ocasião o dia em que o governador do PDS, Joaquim Macêdo, mandou a polícia cercar a Catedral de Nossa Senhora de Nazaré com mais de 500 Professores no seu interior.

Os professores paralisaram todas as escolas de Rio Branco no dia 17 de junho, para chamar atenção do povo e do governo do

PMDB para a situação difícil que enfrentam devido a seus baixos salários. Os mestres acreanos reivindicam 12% da união, 25% do Estado e do Município, estatutos do magistério, gratificação de 30% para diretores de escolas, etc.

O governo e o secretário de Educação reconheceram como justas as reivindicações dos professores e prometeram colocá-las no orçamento de 1984. O que mais entusiasmou os presentes foi a ausência da PM, que não faltava um ato quando o governador era do PDS. (A.F. — Rio Branco-Acre).

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

As disputas na frente única

Os trabalhadores de São Paulo desenvolvem rapidamente a sua habilidade política com a atual luta contra o desemprego. Eles aprendem, a cada dia, que manter a unidade oposicionista e ao mesmo tempo fazer avançar as posições políticas da frente única é uma batalha permanente e essencial para obter sucesso na luta democrática.

POLÍTICA FIRME

Desde as manifestações do dia 4 de abril que os trabalhadores têm sofrido repressão por parte da polícia militar. Como não podia deixar de ser, cada vez que esta arbitrariedade era cometida, o Comitê de Luta Contra o Desemprego protestava energeticamente, assim como buscava o apoio de forças democráticas em sua defesa. Ao mesmo tempo dirigia-se ao governo estadual, exigindo respeito aos compromissos da campanha eleitoral. E reafirmava sempre, com vigor, que o alvo desta luta é o governo federal e sua política econômica anti-popular e anti-nacional.

Os trabalhadores não abrem mão de suas reivindicações, não abrem mão de seu direito de manifestar nas ruas o seu protesto, exigem o direito de ter um local amplo para se reunirem e reafirmam a necessidade do governo Franco Montoro integrar as fileiras oposicionistas contra o regime militar. Ao mesmo tempo recusam veementemente a tentativa de certas correntes sectárias, de colocar os governos eleitos pela oposição no mesmo saco com o PDS e com o governo Figueiredo.

Esta política ampla e unitária, mas firme na defesa das posições mais conseqüentes, alcançou certos resultados. Apesar de vacilações, nota-se uma evolução das posições democráticas dentro do governo estadual. E até mesmo uma condenação dos grupos de direita na PM que tratam de criar atritos com as forças populares.

LUTA PELA UNIDADE

Mas a vida mostra que não se pode descansar sobre os louros. Mesmo com os pequenos passos de aproximação com o movimento popular, a imprensa reacionária tratou logo de atacar os comunistas, com o intuito de fazer o governo estadual recuar. Dentro da frente única existem objetivos diversos e embora haja certa unidade na oposição ao regime militar, esta unidade só se mantém através de um esforço constante. Trata-se de fortalecer os interesses comuns, contra o monopólio do poder nas mãos dos generais, e contra a submissão ao capital financeiro internacional, ao mesmo tempo que se desmascara os pontos de vista reacionários que se levantam dentro da própria frente única.

Para manter a unidade e fazer avançar as posições democráticas da frente única, além de habilidade para fazer uma política unitária, é indispensável mobilizar amplamente os trabalhadores, para melhorar a correlação de forças a favor dos setores populares.

COMPROMISSO POLÍTICO

A frente única é um compromisso político, de forças distintas, com interesses de classe muito diferentes — a tal ponto que no seu interior encontram-se atualmente operários e setores da própria burguesia — em torno de certos objetivos comuns, num determinado período. De acordo com o desenvolvimento da situação econômica e política do país, certos setores tendem a se afastar da frente ou a adotar uma posição dúbia no seu interior, de conciliação com o próprio regime. E outras forças, pelo contrário marcham para posições mais avançadas. O que a classe operária aprende com suas lutas é que uma atitude combativa da frente única depende em grande parte das posições revolucionárias do proletariado e da sua capacidade de aglutinar em torno de suas propostas um amplo movimento de massas.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffly, Olívia Rangel

Sucursais:
ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 Centro — CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar — CEP 64000. **CEARA** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206, de Toledo, 1367 — CEP 60000. **GOIÁS** — Goiânia: Rua do Rosário, 313, sala 206, de Toledo, 1367 — CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095, CEP 78000. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Rua General Osório, 127, sala 908, CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. **RIO DE JANEIRO** — Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. **NITERÓI** — Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. **Duque de Caxias**: Rua Nunes Alves, 40, sala 101, CEP 25000. **Nova Iguaçu**: Rua Otávio Tarquino, 74, sala 605, CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. **São Caetano do Sul**: Rua Sta. Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas**: Rua Regente Feijó, 592, CEP 13100. **Marília**: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. **Piracicaba**: Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. **Ribeirão Preto**: Rua Sergipe, 119, CEP 14100. **Santos**: Av. D. Pedro II, 7, CEP 11100. **São José dos Campos**: Rua Sebastião Humel, 185, sala 7, CEP 12200. **Taubaté**: Rua Souza Alves, 632, sala 5, CEP 12100. **PARANÁ** — Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. **Caxias do Sul**: Rua Dr. Montauray, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8 Tels.: 26.31115 — São Paulo-SP

Um campeonato de estádios vazios

Como todos previam, o campeonato paulista de futebol prossegue batendo recordes negativos de público nos estádios e arrombando déficits inéditos nas folhas de pagamento dos clubes disputantes. Nenhum gesto, nenhuma palavra, nenhum sinal dos cartolas que indique qualquer mudança para frear o desastre.

Na semana passada o presidente da CBF, Giulite Coutinho, esteve em São Paulo ouvindo os apelos de José Maria Marin, presidente da Federação Paulista de Futebol, no sentido de dispensar os jogadores desse Estado das próximas convocações da seleção nacional. Se isso não for possível, Marin pede para que Giulite marque os compromissos da seleção nacional em datas do meio da semana. Desta forma, os jogadores ficariam à disposição de Parreira de segunda a quinta e nos fins de semana jogariam pelos clubes no torneio estadual.

Foi essa a "solução" que o dirigente, num esforço de imaginação inabitual em seus parceiros do ramo, encontrou para resgatar a força do futebol paulista, hoje mergulhada, na desmoralização. Não foram confirmadas as suspeitas de que Marin estaria recebendo propinas da Vasp para vender passagens da ponte aérea Rio-São Paulo. Porém, não resta dúvida de que, ou na CBF ou na FPF, ou ainda em ambas, não existe folhinha pendurada na parede e nem calendário sob o tapão das escrivinhas.

Está claro que a CBF tem organizado partidas inteiramente desnecessárias da seleção. Igualmente está claro que a forma de disputa da Taça de Ouro, eliminando três quartos dos competidores quase dois meses antes das finalíssimas, provoca uma inatividade excessivamente prolongada e prejudicial às equipes. Mas também está claro como a luz

que iniciar e programar um campeonato sem levar em conta as outras atividades do futebol é muita incompetência. Demais, para enganar os torcedores que justificadamente fogem dos estádios. Demais, ao ponto de proporcionar esse exodo interminável de craques para a Europa.

Os dirigentes cariocas foram um pouco mais espertos. Iniciaram o seu campeonato em julho, quando todas as seleções já haviam retornado ao país e liberado os convocados. O resultado é que na primeira rodada a média de público foi de 11.200 torcedores. Já em São Paulo, na metade do primeiro turno, apenas dois jogos superaram esse número. Um deles protagonizado por Palmeiras e Corinthians, detentores da maior rivalidade das maiores torcidas do estado, não atraiu nem 15.000 pessoas. O outro, São Paulo e Portuguesa, "recordista" com a marca de 25.000 espectadores, por pouco não perde para a menor bilheteria do Palmeiras na Taça de Ouro, que ficou em 19.000 pessoas.

Em tempos de economistas fracassados, eis aí um desastre capaz de corar o mais incompetente tecnocrata da curriola do Delfim. E os cartolas, como os conhecidos macaquinhos, nada vêem, nada ouvem e nada falam.

(J. Madureira)



Ninguém assiste Rocha jogar

“O sonho do Zé da Feira”, a luta do povo em cordel

Zé da Feira, poeta popular alagoano que canta em seus versos as lutas do povo pela liberdade e justiça social, lançou recentemente seu primeiro livro, “O Sonho do Zé da Feira”. Criado em Viçosa, Zé da Feira faz seus poemas de cordel sempre com atenção na vida miserável das populações sertanejas e daqueles que, tangidos pela seca, abandonam sua roça e vão para a capital, onde são explorados e injustiçados.

Nos atos públicos e em todas as ocasiões onde a luta do povo se manifesta em Alagoas ou no país, Zé da Feira faz um poema e publica nos jornais. Na campanha eleitoral, ele garantia bom público e clima animado nos comícios do PMDB, com seus poemas “metendo o pau” no PDS e no Go-



verno, encorajando o povo do interior a votar na oposição. A capa de “O Sonho de Zé da Feira” é uma xilogravura de Ênio, o chargista da Tribuna Operária.

Princípios nº 6 sai em julho

A Editora Anita Garibaldi está lançando, este mês, o sexto número da Principios, revista teórica, política e informativa. Destacam-se, nesta edição, os artigos “Os operários e a crise”, mesa redonda coordenada pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, com a participação de diversos líderes sindicais; “A cem anos da morte de Karl Marx”, artigo de João Amazonas em que ressalta a atualidade das ideias do fundador do socialismo científico; “Características da Penetração do capitalismo no campo brasileiro”, estudo de Ronald Freitas sobre a questão agrária; e “A universidade em debate”, sobre a crise da universidade brasileira, analisada por dois dirigentes da União Nacional dos Estudantes e um dirigente do movimento dos docentes do ensino superior.

O preço do exemplar avulso é Cr\$ 500,00, e o da assinatura (quatro números) Cr\$ 2.000,00. Pedidos podem ser feitos com o envio de cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, Rua Major Quedinho, 300, sala 3 — Bela Vista, São Paulo-SP CEP 01050.



O Exército atua na repressão ao povo do sul do Pará e Guilherme Lund.

Luta do Araguaia retratada pelo teatro baiano

O episódio da história brasileira conhecido como a “guerrilha do Araguaia”, que ocorreu entre 1972 e 1974 no sul do Pará, é agora, na Bahia, retratado na peça teatral “Blecaute no Araguaia”.

O trabalho é do grupo CAC-Produções Teatrais, composto por jovens portadores da proposta de um teatro popular que avance no conteúdo, que retrate a história de nosso povo, a sua luta e que, de certa forma, contribua com ela. O elenco é composto por Gilberto Borges e Índio Vieira (repentistas), Antônio Cerqueira (no papel de Carretel), Bia Mendes (a Dinalva) e Jorge Cortes (o Guilherme Lund). O fundo musical prende-se às músicas “Cantiga Brava” de Geraldo Vandré, e “La Nueva Canción Chilena” de Violeta Parra.

Antônio Cerqueira, principal ator do grupo CAC, participou como ator e diretor na peça “Quando as Máquinas Param”, 1980, e como ator e diretor em “Toda Nudez Será Castigada”, 1981. Numa entrevista à Tribuna Operária em Salvador, o elenco falou da peça, dos personagens que representam e das ameaças e perseguições gerados pelo trabalho.

T.O. Como surgiu a ideia dessa peça?

Antônio. A partir de uma pesquisa sobre a guerrilha do Araguaia. A peça tem como objetivo divulgar o que ocorreu lá no Araguaia durante aquele período, já que por tanto tempo sofreu censura na imprensa. Mostra o

valor histórico e a garra dos guerrilheiros, para o povo e para aqueles que não reconhecem a guerrilha.

T.O. Algum problema com a censura?

Antônio. Carretel, para mim, foi o da Polícia Federal. Antes de ser divulgado o trabalho, nos procuraram para saber quem era o responsável. Pediram minha presença para uma conversa. Fui à P.F. e lá me mostraram códigos penais para me amedrontar. Pelo tema da peça, fecharam-se todas as portas de patrocinadores e órgãos estatais que têm por obrigação apoiar o teatro. Alegaram falta de interesse em divulgar o fato.

T.O. O que os personagens da peça representam para vocês?

Antônio. Carretel, para mim, foi o camponês que mais se identificou com a guerrilha. Sua função na peça é a de representar os camponeses que se tornaram verdadeiros heróis do povo na sua luta contra a ditadura, contra a opressão. Eles lutaram até à morte pela liberdade de nosso povo.

Bia. A Dinalva lutou com muito amor a seu povo e morreu para libertá-lo. Vejo-a como a figura da mulher brasileira, que luta com garra pela igualdade no seio da sociedade.

Jorge. Guilherme Lund foi um jovem da capital com dificuldades de adaptar-se às condições do mato, mas que por amor a seu povo superou tudo isso. Tornou-se um camponês, um profundo conhecedor de seus problemas, e passou a conhecer bem a mata. (da sucursal)



Zezita e Eleonora em um ensaio de “Que fazer, chamar a polícia?”

“Vamos Comer Teatro” dá uma boa digestão

“Que fazer, chamar a polícia?” é a peça que está abrindo a temporada do segundo semestre do Projeto Vamos Comer Teatro, de João Pessoa (Paraíba). A peça é de autoria de Fernando Teixeira, que a dirige. Aliás, Fernando é também o idealizador e concretizador de “Vamos Comer Teatro”, projeto iniciado em 1981.

O projeto busca criar um público permanente para o teatro da Universidade Federal da Paraíba, estimular os grupos locais e a troca de experiência entre os seus participantes.

A iniciativa provocou uma verdadeira efervescência no movimento teatral paraibano e refletiu-se no fortalecimento da Federação Paraibana de Teatro.

Com o projeto, a qualidade dos espetáculos e a elevação do nível técnico dos atores e encenadores passaram a

ser a tônica das discussões entre os grupos. Aos grupos do interior e outros Estados o “Vamos Comer Teatro” oferece alimentação, hospedagem, bilheteria, serviço técnico de apoio e divulgação do espetáculo. Já para os grupos da capital, dependendo do espetáculo, o projeto propicia temporária de um mês e ampla divulgação.

CHAMAR A POLÍCIA?

A peça que abre a temporada do segundo semestre do “Vamos Comer Teatro” esteve proibida em todo o território nacional, mas agora foi finalmente liberada. “Que fazer, chamar a polícia?” mostra de maneira polêmica, porém com bastante seriedade e coerência, a relação incestuosa, questionando a influência da Igreja e a moral dominante. Para o espetáculo, de grande dimensões humanas, Fernando Teixeira convidou duas das melhores atrizes do teatro paraibano: Zezita Matos e Eleonora Montenegro. (João Costa, da sucursal)

Onda de greves contra o FMI

Os 1.300 petroleiros de Paulínia, São Paulo, foram o estopim da onda de paralisações que na quinta-feira, em São Bernardo, assumiu traços de greve geral (veja abaixo). Esta categoria muito especial; apesar de seu número reduzido, refina um quinto de todo o petróleo consumido no Brasil. E os petroleiros do resto do país também estão parando.

Isto explica a pressa febril do ministro do Trabalho, o banqueiro Murilo Macedo. A greve começou às 15:30 horas de quarta-feira. Apenas duas horas depois, Murilo já intervinha no Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. Em seguida, chegava o interventor Wilson de Almeida, expulsava os trabalhadores e fechava a sede do Sindicato.

Na quinta-feira, porém, uma assembleia dos petroleiros em Campinas decidiu manter a paralisação, inclusive para reaver sua entidade. Além disso, eles reivindicam estabilidade por dois anos e garantia de que a rotatividade de mão de obra na refinaria não excederá 0,5% ao ano. E levantam também a bandeira da revogação do famigerado pacote das estatais e dos acordos com o FMI — responsáveis pelas últimas desgraças que se abateram sobre o nível de vida dos trabalhadores.

BAHIA TAMBÉM PARA

No mesmo dia, os petroleiros da Bahia começavam também a parar. Naquele Estado, que concentra a maior parte dos petroleiros, os operários da refinaria de Mataripe foram os primeiros. E os 8 mil trabalhadores da extração petrolífera, vinculados Stiep, convocaram assembleia geral para quinta à noite, para deliberar sobre a greve.

No Rio de Janeiro, Minas Gerais, Baixada Santista, onde também há concentrações de petroleiros, o "estado de greve" já estava decretado e, com o movimento de Paulínia, foram convocadas assembleias para decidir sobre a paralisação propriamente dita. Já em São José dos Campos, o presidente do Sindicato dos Pe-

troleiros, Oraldo Soledade, informava quinta-feira à **Tribuna Operária** que os trabalhadores já estavam parados. As reivindicações em todo o Brasil são as mesmas de Paulínia.

GOVERNO JOGA DURO

A possibilidade de um movimento paredista unificado dos 45 mil petroleiros do país tira o sono do governo — dada a importância estratégica do setor neste Brasil movido a gasolina. E não se trata só disso, já que os funcionários do igualmente estratégico Banco do Brasil são atingidos pelo mesmo pacote que vitimou os petroleiros e estão igualmente em efervescência. Quinta-feira à noite, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, realiza também assembleia, para discutir a luta do BB.

Daí a fulminante intervenção no Sindipetro de Paulínia, reeditando o truculento método de coação dos sindicatos que havia sido usado pela última vez durante a greve dos metalúrgicos do ABC em 1980. Pelas declarações do ministro do Trabalho, do presidente da Petrobrás e do superintendente da Polícia Federal em São Paulo, o governo continua cego aos apelos populares e pretende mais uma vez tratar o movimento de massas como caso de polícia.

Junto com o jogo duro, os governantes do país tentam enrolar a opinião pública. O senhor Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás, chega inclusive ao deslanche de acusar os grevistas de serem "contra a Petrobrás". Os trabalhadores, porém, conhecem bem o que se pode esperar do "patriotismo" desses cavalheiros de Brasília. E por isso fazem da greve uma arma para defender também a soberania do país.



Nove horas em ponto: os metalúrgicos da Volkswagen, mais de dez mil, partem para a ação de massas que iria parar São Bernardo

Piquetões param São Bernardo

O brado de revolta dos petroleiros de Paulínia rapidamente encontrou eco nos combativos metalúrgicos do ABC. Milhares de operários pararam e saíram às ruas. Ao passarem pelas outras fábricas era como se todos estivessem esperando o sinal para a greve. Imediatamente desligavam as máquinas e saíam gritando contra o FMI, contra a fome, contra o desemprego.

Na quinta-feira as quatro grandes montadoras da região, Volkswagen, Volks Caminhão, Mercedes e Ford, amanheceram em greve. Após assembleias nas portas das fábricas, os operários aguardam dentro da empresa a chegada dos colegas dos demais turnos. As 9 horas saem em passeata pelas ruas, para parar outras empresas.

"Tem que parar todo mundo. Metalúrgico, químico, e até dono de banca de jornal", afirma um operário da Volks, deixando claro o espírito da manifestação: um princípio de greve geral na região, abarcando várias categorias, contra a política econômica do governo. Nas ruas, gritos: "Ou páram os pacotes, ou páramos o Brasil"; "FMI, fora daqui".

O piquetão da Volks Caminhão pára a Brastemp, a Enco e todo o comércio da avenida Marechal Teodoro, inclusive a Cooperativa da Volks. Os grevistas da Mercedes páram a Vilarés, Borg, Forjaria, Fram e as Malas

Primícia. Os da Ford vão pelas ruas de Rudge Ramos parando o comércio e a outra Vilarés. Aos gritos de "Greve Geral" os operários correm para os portões das empresas, e só saem quando seus colegas de classe aderem

Mais de 20 mil saem no piquete da Volkswagen

O piquetão maior foi o que saiu da Volks. Após os mensais entrarem na fábrica, o pessoal da produção fez um arrastado trazendo os mais de 20 mil metalúrgicos para os portões da empresa. As 9 horas sai a passeata, tomando a via Anchieta. Cinco minutos depois, a primeira fábrica, a pequena Walcar, que não estava nos planos da greve, mas ninguém conseguiu conter. Amedrontado com uma comissão de mais de 100 operários que se aproximava, o encarregado administrativo da indústria grita: "Eu já pedi pra todo mundo parar. Daqui uns 5 minutos todo mundo sai". Depois ele contou à **Tribuna Operária**: "Não adianta eu querer lutar contra este batalhão". Um operário da Walcar, comenta: "Estamos no fim da picada e tudo por culpa do governo. Temos é que partir para o pau".

A indústria de embalagens de madeira Shellmar, com 400 operários, também é parada. A metalúrgica Turbodina, ídem. Alguns ativistas sindicais entram na tornearia da firma conclamando à greve "contra a política econômica do governo, o expurgo do INPC, a ameaça do fim do 13º salário". Depois comentam: "Quando gritamos — 'Vamos parar' —, imediatamente as máquinas foram desligadas, e os companheiros vieram para a rua". Um operário denuncia: "A empresa mandou 50 para a rua.

Não dá pra agüentar".

Depois os piqueteiros param a Karmann-Ghia, a Scânia e a fábrica de vidros Weaton. Esta última nunca havia parado. "A firma é muito repressora", conta um operário. O diretor da empresa quiz impedir a greve e, Jair Meneguelli, presidente do Sindicato, pediu calma aos operários, que formam um cordão de isolamento. Aos poucos o forte barulho das máquinas começa a diminuir e os operários saem.

Todos os piquetões dirigiram-se para o Paço Municipal. As 14 horas começa uma assembleia, onde é informado: mais de 60 mil metalúrgicos estão parados, todas as grandes montadoras fechadas, alguns têxteis e bancos da avenida Faria Lima e todo o comércio da Marechal Teodoro fechados. Igualmente o posto do Inamps local. Uma notícia revolta os piqueteiros — o patrão da Holder Equipamentos disparou três tiros contra os operários que foram chamar os companheiros para a greve. Um trabalhador foi hospitalizado, mas já estava fora de perigo.

A luta contagia todo o povo de São Bernardo

São Bernardo está radiante, com passeatas e concentrações em todos os cantos. Todos elogiam a greve e dizem que este é o caminho. No interior do ônibus a conversa é a mesma, com previsões de quanto tempo ela vai durar e quais os seus resultados. "Quero ver o que o governo vai fazer. Jogar a polícia contra esta multidão é difícil", comenta um passageiro. Há um clima de esperança com o início da greve geral em São Bernardo, o coração da classe operária.

(Altamiro Borges)

A "vontade das bases"

Doutor Romeu Tuma, da Polícia Federal, falta à verdade ao comparar a greve em São Bernardo com "uma guerrilha urbana". Diz isso porque nunca viu uma guerrilha de verdade. O que há, em São Bernardo, Paulínia, em São Paulo e outros Estados, é uma primeira resposta.

A onda grevista combina a defesa dos direitos dos trabalhadores com a bandeira anti-imperialista, de resistência às ordens do Fundo. E, particularmente em São Bernardo, transbordou de dentro das fábricas para a rua, tomando conta da cidade. São estas as novidades. São elas que fazem o movimento se alastrar feito um rastilho de pólvora, sem a compartimentação entre as diversas categorias que caracteriza o sindicalismo em tempos "de paz".

Os arautos de Brasília, horrorizados, acusam a greve de ser "política". Pois é. Mas foram eles mesmos — governo e FMI — que transformaram o massacre salarial em política. E que com isso empurraram os trabalhadores para a greve política.

Os fatos valem também como um puxão de orelha naqueles elementos míopes e reumáticos, adeptos de que a greve geral "deve ser posta de lado pelas lideranças sindicais". Está aí, manifesta, a tão falada "vontade das bases". Cabe às lideranças cumprir sua obrigação: liderar.



Na refinaria de Paulínia, parada, o cartaz da Petrobrás que o FMI ataca

Proposta greve geral no dia 15

As greves não agitaram apenas São Bernardo e Campinas. Empolgaram os operários de várias empresas e mexeram, empurraram, todo o movimento sindical paulista. Reuniões da Federação dos Metalúrgicos, Pró-CUT e do Secretariado dos Trabalhadores em Empresas Estatais discutem como aproveitar a movimentação para fazer ouvir a voz dos trabalhadores.

Reunidos na quinta-feira pela manhã na Federação dos Metalúrgicos, 31 sindicatos da categoria no Estado decidiram pela greve de protesto no dia 15. O objetivo é "mostrar que os trabalhadores não suportam mais o arrocho salarial e os pacotes do governo; são contra o expurgo do INPC, o aumento em 130% no BNH e a onda de desemprego; e exigem a mudança da política econômica do governo".

Todos os sindicatos foram orientados para convocar reuniões intersindicais com as demais entidades de seus municípios, para avaliar a possibilidade da deflagração do movimento em todas as categorias.

No fechamento desta edição estava reunido no Sindicato dos

Eletrocitários um grande número de entidades que congregam os trabalhadores das empresas estatais. Uma decisão é consensual: a necessidade de unificação do movimento grevista contra o pacote das estatais e a solidariedade com os petroleiros de Paulínia. E também estavam reunidos no Sindicato dos Jornalistas entidades sindicais, convocadas pela Pró-CUT estadual, para discutir as formas de luta.

Foi formado um Comitê Permanente de Solidariedade à Greve, que organizará atividades de massas durante a semana, propondo uma paralisação geral em São Paulo a partir de zero hora do dia 15, sexta-feira.

Nas empresas a movimentação também é grande, o que explica inclusive a articulação de alguns sindicatos até hoje imobilizados. Na Ford do Ipiranga, durante todo o dia, só se discutia a necessidade urgente da paralisação e a mobilização é grande. Os operários da Mafersa, também na capital, realizaram assembleia. Em Taubaté, interior de São Paulo, os metalúrgicos da Ford já pararam, e os da Volks estão prestes a desligar as máquinas. Em São José dos Campos a movimentação na Embraer, empresa estatal, é grande.

Morte na Volks

No dia 5, em meio à preparação da greve, a notícia de dois acidentes graves na Volks revoltou os operários, jogando lenha na fogueira da paralisação. As 6h10m Abelardo Ferreira Mendonça, 32 anos, teve o crânio esmagado ao trabalhar na ala 13, falecendo pouco depois. E às 16 horas outro operário, da estamparia, tinha o crânio fraturado.

"A culpa é da Volks", afirmam os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. No caso de Abelardo, que trabalhava há um ano na GKW (que presta serviços à Volks), os fatos comprovam a denúncia. Um cipeiro que esteve no local, "onde vi a poça de sangue e a massa encefálica no chão", explica: "A máquina que ele estava reparando está em teste há um ano, e por isso não tem proteção — fotocélula ou grades. Primeiro eles se preocupam com a produção; depois, conforme o pessoal perde os dedos e a vida, é que põem proteção. A Volks não desligou a linha de montagem para o conserto, porque assim não tem prejuízo.



O piquetão chega à porta da Karmann-Ghia: em toda parte, a adesão operária à greve contra a traição nacional